

**Benchmarking sobre fundos e financiamentos internacionais nas áreas de cidades inteligentes e inclusivas, mobilidade urbana, desenvolvimento local, sustentabilidade e agenda 2030**

*OEI/BRA 20/001 Fortalecimento das ações de promoção da agenda de inovação e transformação governamental da ENAP*

**Atividade 2.2** Elaborar documento planejado, em conformidade com as diretrizes do Produto 2, apresentando subsídios para a apresentação de propostas ou pedidos de financiamento nas áreas de cidades inteligentes e inclusivas, mobilidade urbana, desenvolvimento local, sustentabilidade e agenda 2030 com Introdução, Justificativa, Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário.

Consultor: Flavio Henrique Ghilardi

## Índice

APRESENTAÇÃO _____	2
A. SUBSÍDIOS PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS OU PEDIDOS DE FINANCIAMENTO _____	4
B. SUBSÍDIOS PARA A APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS OU PEDIDOS DE FINANCIAMENTO EM CINCO CASOS DE FUNDOS E CONVOCATÓRIAS COM ADERÊNCIA PARA A ENAP _____	12
1. TECHNICAL ASSISTANCE AND INFORMATION EXCHANGE – TAIEX INTPA (UNIÃO EUROPEIA) _____	14
2. GLOBAL EUROPE: NEIGHBOURHOOD, DEVELOPMENT AND INTERNATIONAL COOPERATION INSTRUMENT – NDIC (UNIÃO EUROPEIA) _____	19
3. MITIGATION ACTION FACILITY – CONVOCATÓRIA DE PROJETOS 2023 _____	27
4. WELCOME TRUST DISCOVERY AWARDS _____	33
5. INTERNATIONAL CENTRE FOR TAX AND DEVELOPMENT – ICTD _____	39
C. PROPOSTA DE NOTAS CONCEITUAIS PARA APRESENTAÇÃO DE PROJETOS NAS ÁREAS DE CIDADES INTELIGENTES E INCLUSIVAS, MOBILIDADE URBANA, DESENVOLVIMENTO LOCAL, SUSTENTABILIDADE E AGENDA 2030 _____	43
A) CIDADES INTELIGENTES E INCLUSIVAS _____	44
B) MOBILIDADE URBANA _____	49
C) DESENVOLVIMENTO LOCAL _____	54
D) SUSTENTABILIDADE _____	59
A) AGENDA 2030 _____	65

## **Apresentação**

O presente projeto de consultoria tem como objeto, segundo o Termo de Referência nº1/2023, a elaboração de um relatório de benchmarking sobre fundos e financiamentos internacionais nas áreas de cidades inteligentes e inclusivas, mobilidade urbana, desenvolvimento local, sustentabilidade e agenda 2030. A iniciativa se insere na proposta de fortalecimento das ações da Fundação Escola Nacional de Administração Pública - Enap em formação, pesquisa, inovação e transformação governamental.

A elaboração do primeiro documento técnico (atividade 1.3) teve como objetivo estratégico a formulação de um mapeamento sobre fundos e fontes de financiamento, em âmbito europeu, com potencialidade de captação por parte da Escola e seus parceiros estratégicos. A partir da organização sistemática de informações, foram selecionadas algumas referências de instrumentos de planejamento que guiam a disponibilização das fontes de financiamento, de maneira a explicitar as orientações na gestão dos fundos disponíveis. Seguidamente, foi elaborado um elenco de fundos e convatórias disponíveis, potenciais colaboradores, documentos de consulta e casos de referência, relacionados aos temas cidades inteligentes e inclusivas, mobilidade urbana, desenvolvimento local, sustentabilidade e agenda 2030.

O segundo documento técnico do projeto (atividade 2.2), por sua vez, tem o objetivo de consolidar subsídios para a apresentação de propostas ou pedidos de financiamento por parte da Enap, considerando-se as áreas temáticas examinadas no primeiro relatório. O documento está estruturado em três partes, sendo que a primeira seção do trabalho detalha algumas ideias e propostas de ferramentas institucionais que podem alavancar a atuação estratégica da Escola na captação de recursos internacionais.

A segunda parte, por sua vez, empreende o estudo de caso de cinco fundos e convatórias de financiamento europeu que demonstram aderência com a missão institucional da Enap. Mais especificamente, detalham-se os mecanismos de funcionamento e financiamento dos casos selecionados, de maneira a, por um lado, organizar a informação necessária para a preparação imediata de propostas, e, por

outro, proporcionar uma metodologia de referência para a incubação de futuras solicitações de financiamento internacional.

Finalmente, a última seção apresenta as propostas de conteúdos de referência que permitam organizar, inicialmente, a preparação de processos de prospecção, identificação, solicitação e captação de recursos internacionais para o desenvolvimento de projetos, ações e parcerias pela Enap. Mais concretamente, se apresentam subsídios gerais e conceituais para a elaboração de notas técnicas visando a apresentação de propostas nas cinco áreas de atuação do projeto.

## A. Subsídios para a apresentação de propostas ou pedidos de financiamento

A elaboração do primeiro documento técnico do projeto (atividade 1.3) permitiu a consolidação de um mapeamento dos principais mecanismos de financiamento externo, no continente europeu, com potencialidade de captação por parte da Enap. A amplitude e a complexidade desse mapeamento indicam a necessidade de formatação de uma estratégia institucional de curto, médio e longo prazo. Tal estratégia deve possibilitar a mobilização de recursos técnicos e financeiros para a implementação de um plano de internacionalização, visando a captação de financiamentos e apoios institucionais, por parte da Escola, provenientes de fontes e fundos internacionais

Com o objetivo de orientar a formulação da futura estratégia, nesta seção são apresentados alguns instrumentos organizativos que podem ser postos em prática segundo as linhas orientativas direcionadas à captação de recursos. Se configuram, assim, em subsídios para uma estrutura de gestão institucional em acesso a fundos internacionais, tendo como referência diversas experiências europeias em planos de internacionalização da administração pública.

Mais especificamente, os instrumentos que se apresentam como ideias de referência são os seguintes:



- **Radar de convocatórias**

A publicação de novas convocatórias por fundos e fontes de financiamento internacional é um constante processo no âmbito da cooperação internacional, sendo

que frequentemente não se segue um calendário de publicização definido previamente. Nesse aspecto, uma instituição que ativamente busca a captação de recursos deve sempre realizar o monitoramento das oportunidades de financiamento disponíveis.

Portanto, é estratégico estruturar uma proposta de metodologia de monitoramento para acompanhar o lançamento de convocatórias e editais de fundos de financiamento internacional. Algumas ideias simples podem ser muito úteis nesse sentido.

Uma delas é realizar o **cadastro nas redes de newsletter das instituições e fundos de financiamento**. A partir do mapeamento realizado no primeiro relatório, é possível acessar os portais que disponibilizam o cadastro para o recebimento de informativos periódicos, os quais frequentemente anunciam a abertura de novas convocatórias. Nesse sentido, também se pode **criar uma conta de e-mail específica para o cadastro nesses portais**, devendo ser acessada periodicamente por uma pessoa técnica responsável, com o objetivo de revisar os informativos recebidos e identificar as oportunidades abertas.

Outra proposta conectada a esta primeira faz referência à elaboração de um **informativo próprio com a compilação das oportunidades identificadas**. Pode contar com um caráter de circulação interna, tendo como objetivo informar as áreas e projetos sobre as possibilidades de financiamento internacional. Ou, se pertinente, para a divulgação periódica entre entidades parceiras, entendido como um serviço de melhora da gestão pública e, também, de fomento à colaboração institucional para a apresentação de projetos internacionais.

Finalmente, nesse âmbito também se pode optar por **consultas periódicas a páginas específicas de portais de fontes de financiamento**, que anunciam as convocatórias abertas. Isso tendo em consideração que algumas entidades não contam com informativos nem redes sociais ativas. Outra possibilidade é o **acesso a serviços especializados que realizam a busca e sistematização de oportunidades de cooperação internacional**. Existem diversos portais na web nesse campo, os quais podem ser acionados para a busca sistemática de editais.

- **Banco de dados de fundos e convocatórias**

A pesquisa sistemática de oportunidades de financiamento coloca como desafio a organização dos dados e o acesso compartilhado à informação sistematizada. Principalmente tendo em consideração um cenário onde as áreas e projetos da Enap possam buscar ativamente oportunidades de financiamento internacional.

**A organização de um banco de dados que abrigue informações sobre os fundos e as fontes de financiamento, assim como as convocatórias disponíveis, as instituições parceiras e alguns projetos de referência,** pode ser um útil instrumento para alavancar a captação de recursos. Com uma perspectiva dinâmica, a base de dados deverá ser atualizada frequentemente e contar com diversas possibilidades de consulta e de elaboração de relatórios, por exemplo.

A facilitação do acesso a esses dados permitirá a oferta de insumos para decisões sobre financiamento de projetos novos e existentes, assim como iniciar mais agilmente um processo de captação de recursos. Além disso, o acesso compartilhado ao banco de dados, em nuvem, por exemplo, poderá dar autonomia às equipes para a prospecção de recursos internacionais.

- **Guia de fontes de financiamento internacional**

A realização do mapeamento prévio permitiu construir uma sistematização inicial de fundos e fontes de financiamento europeu (atividade 1.3 do projeto), sendo que um dos aspectos identificados nesse processo foi a ausência de material orientativo sobre os diversos mecanismos de captação de recursos no âmbito da cooperação internacional. Assim, seria oportuno **apoiar a elaboração de um guia que permita aprofundar o mapeamento inicial realizado**, além de apresentar orientações operativas sobre o funcionamento de fundos e fontes de cooperação internacional.

Tal guia poderá ter um caráter prático e organizativo, apresentando de maneira objetiva as principais fontes de financiamento existentes em âmbito europeu, assim como os detalhes acerca dos mecanismos de captação de recursos. Se trata, portanto, da evolução de um mapeamento e de um banco de dados sobre os fundos internacionais, no sentido de explicar o campo de possibilidades sobre o acesso à recursos europeus.

O guia pode ter um caráter interno à Enap, concebido enquanto mecanismo de suporte às áreas e projetos. Ou pode estar direcionado a um público externo, como outros órgãos de governo, administrações públicas ou atores da sociedade. Nesse

aspecto, deve-se ter em consideração a prospecção de fundos e fontes de financiamento internacional segundo a demanda de cada público-alvo, como as administrações locais ou atores da sociedade civil, que apresentam necessidades, capacidades e limitações distintas de acesso às convocatórias.

- **Missões institucionais**

A captação de recursos internacionais envolve tanto um processo de preparação de propostas e projetos para a apresentação em convocatórias, quanto de contato com as instituições financiadoras e de potencial colaboração. Ou seja, uma estratégia exitosa requer **não só uma participação “reativa” a editais e convocatórias, mas também “propositiva”, no sentido de promover contatos institucionais com fontes financiadoras e de parceria.**

Assim, as missões institucionais se configuram como um mecanismo de busca ativa de oportunidades de financiamento. O **contato com entidades financiadoras** pode servir para apresentar a missão institucional da Enap, gerando legitimidade e redes de contato, assim como a possibilidade de identificar futuras oportunidades de captação de recursos.

Vale ter em consideração que algumas fontes de financiamento são implementadas de maneira indireta (como determinados programas da União Europeia), ou seja, sem a participação em editais e chamadas públicas. Nesses casos, a negociação direta com o fundo é necessária para a adjudicação de financiamento, sendo estratégico empreender rodadas de contato institucional.

Outra potencialidade das missões institucionais é realizar uma **prospecção de parceiros para a apresentação e desenvolvimento de projetos internacionais.** Em muitos casos, os financiadores europeus estabelecem que as propostas a serem avaliadas para o financiamento devem envolver a cooperação com outras instituições e entidades. Assim, o contato com potenciais parceiros pode ser decisivo para desenvolver iniciativas exitosas de financiamento internacional.

Por fim, as missões internacionais também podem ser um excelente mecanismo de **aprendizado institucional.** O contato com “boas práticas” de outros atores no campo do financiamento externo é um instrumento estratégico para desenvolver capacidade organizativa, tendo como referência experiências prévias na captação e implementação de projetos internacionais.

- **“Tipologias” de projetos para financiamento**

O processo de identificação de fontes de financiamento internacional com oportunidades de captação de recursos, assim como as exigências dos editais de convocatórias de entes financiadores externos, demanda um conhecimento prévio sobre os projetos que a instituição visualiza potencial de implementação. **Contar com um elenco de propostas ou projetos, que são considerados estratégicos para a entidade**, pode alavancar o processo de captação de recursos internacionais, seja na seleção de convocatórias mais adequadas, seja na realização de contatos institucionais com entes financiadores. Além disso, pode agilizar o processo de redação de propostas, principalmente em editais que contam com cronograma de inscrição muito ajustado.

Nesse sentido, pode ser estratégico construir um **mecanismo de reconhecimento de um conjunto de projetos que a ENAP identifique potencial para a solicitação de financiamento internacional**. Esses projetos podem ser concebidos como “tipologias” que poderão ser transformadas em propostas concretas, a partir de um detalhamento segundo a necessidade de cada convocatória, por exemplo. Outras referências também podem ser adotadas como fontes de tipologias de projetos, a partir de experiências identificadas no desenvolvimento de projetos internacionais por outras administrações públicas e entidades.

- **Cadastro de consultores e especialistas**

A análise de diversos editais de convocatórias de financiamento internacional aponta que em muitos casos a entidade financiadora exige a apresentação de uma proposta de equipe técnica que atuará no projeto. Tal exigência se refere principalmente à avaliação da capacidade técnica da entidade promotora do projeto.

A análise também indica que os prazos para o envio de propostas recorrentemente não abrangem um período amplo de tempo, que permita a conformação de uma proposta de equipe técnica adequada para o projeto. O tempo do processo de busca de recursos humanos muitas vezes pode ser incompatível com o cronograma de uma determinada convocatória.

Portanto, a constituição de **um cadastro de pessoas consultoras e especialistas pode se configurar como uma ferramenta estratégica na constituição de equipes para participação em convocatórias** ou, mesmo, em projetos que já

contem com recursos adjudicados. Essa bolsa de profissionais pode estar aberta permanentemente ou em períodos específicos, ser organizada por temas, competências ou qualificações, assim como ter uma duração determinada ou não.

A partir desse cadastro, a entidade pode pré-selecionar e contatar potenciais candidatos para a participação em processos seletivos ou para a oferta de serviços de consultoria, por exemplo. Deve-se ter em consideração, porém, o alinhamento dessa iniciativa com a política de recursos humanos da instituição.

- **Criação de capacidades institucionais**

O êxito na captação de recursos de fontes e fundos internacionais depende fortemente das capacidades institucionais que uma instituição desenvolva para esse fim. Segundo os objetivos que se pretenda alcançar, **um conjunto de competências e processos deverão ser criados ou ampliados para impulsionar o acesso e a implementação de projetos com recursos externos**. Se tratam de capacidades que permitam empreender eficazmente iniciativas de apresentação e gestão de propostas, as quais exigem conhecimento institucional especializado, por exemplo, para a redação de propostas e o controle de despesas de um projeto financiado por um ente europeu.

Assim, a partir do trabalho inicial realizado sobre o mapeamento de fundos e fontes de financiamento internacional é possível elencar um primeiro **grupo de capacidades institucionais referentes à captação de recursos e o gerenciamento de projetos internacionais**. Se concebem como subsídios para a criação de mecanismos de fortalecimento da organização interna da Enap, referentes às demandas colocadas pelo tema.

Adotando uma perspectiva estratégica, as seguintes capacidades institucionais configurariam um primeiro conjunto de competências a serem fomentadas pela Escola:

- Planejamento estratégico em captação de recursos externos.
- Fortalecimento da relação institucional com fontes de financiamento e parceiros.
- Redação competente de propostas e projetos internacionais.
- Capacidade de definir custos e orçamento de produtos e serviços relacionados ao financiamento de projetos internacionais.
- Capacidade de trabalho em diversos idiomas.

- Gestão dos ciclos de projetos internacionais.
- Controle e prestação de contas com financiamento externo.
- Monitoramento e avaliação de projetos internacionais.
- Comunicação estratégica em projetos internacionais.
- Gerenciamento de recursos humanos em financiamento internacional.

A criação dessas capacidades institucionais **pode ser impulsionada tanto de maneira concentrada como transversal na estrutura organizacional da entidade.**

Seja, por exemplo, com a criação de uma unidade específica, que atue com determinadas competências da captação de recursos internacionais, seja com o fomento e disseminação de determinadas competências entre as diversas equipes e áreas da instituição.

- **Custos de referência**

A partir do estudo de caso de uma entidade da administração pública em âmbito europeu, se apresentam os **custos de referência para a contratação de serviços para a constituição de uma estratégia de internacionalização na captação de recursos externos.**

Neste caso em específico, foram analisados os documentos de licitação de serviços para a contratação de serviços de consultoria visando a estruturação de um Escritório de Projetos Europeus<sup>1</sup>. O Conselho Comarcal do Baixo Lobregat, localizado na Catalunha (Espanha), decidiu, a partir do ano de 2020, estruturar uma área própria com o objetivo de captar recursos da União Europeia, assim como assessorar os 30 municípios da comarca nesse processo<sup>2</sup>.

Inicialmente, contratou um serviço de mapeamento de fundos e fontes de financiamento europeu, juntamente com a elaboração de uma base de dados sobre as oportunidades de financiamento. Em seguida, a partir da incorporação de uma pessoa técnica responsável pelo Escritório, licitou um serviço de consultoria para a formatação de um plano de internacionalização da entidade. O plano busca planejar

---

<sup>1</sup> As informações foram consultadas nos seguintes portais de contratação pública:

<https://www.seu-e.cat/ca/web/ccbaixlobregat/govern-obert-i-transparencia/contractes-convenis-i-subvencions/relacio-de-contractes/relacio-de-contractes-menors-historic> e <https://contractaciopublica.cat/en/detall-publicacio/116635431>

<sup>2</sup> Na Catalunha, a Comarca é uma divisão territorial que agrupa um conjunto de municípios, sendo que os Conselhos Comarcais se conformam como órgãos da administração pública local com competências complementares à administração municipal e regional. Para mais informações, ver o portal do Escritório de Projetos Europeus do Conselho Comarcal, disponível em: <https://www.elbaixlobregat.cat/OPE>

as estratégias futuras para a captação de recursos internacionais, assim como definir os mecanismos de assessoramento aos municípios da comarca para a internacionalização de políticas públicas.

O quadro a seguir apresenta um resumo dos produtos e dos custos dos serviços contratados pelo Conselho Comarcal. Servem, desse modo, como referência para o estabelecimento de parâmetros de custos para a contratação de serviços de assessoria para a consolidação de estratégias de captação de fundos europeus.

**Quadro 1 – Custos de referência - Escritório de Projetos Europeus  
(Catalunha, Espanha)**

<b>Produtos</b>	<b>Valor (Euros)</b>	<b>Valor (Reais)</b>
Fase Inicial		
Mapeamento e base de dados de Fundos Europeus	4.000,00 €	R\$ 21.465,20
Plano de Ação Internacional		
Organização do Projeto	1.000,00 €	R\$ 5.366,30
Diagnóstico e situação de partida	7.500,00 €	R\$ 40.247,25
Redação do Plano de Internacionalização	6.000,00 €	R\$ 32.197,80
Definição de ações	5.500,00 €	R\$ 29.514,65
<b>TOTAL</b>	<b>24.000,00 €</b>	<b>R\$ 128.791,20</b>

Observação: Cotação de referência: 1 € = R\$ 5,3663 (23/05/2023).

<https://www.bcb.gov.br/conversao>

## **B. Subsídios para a apresentação de propostas ou pedidos de financiamento em cinco casos de fundos e convocatórias com aderência para a ENAP**

Após a realização do mapeamento dos principais fundos e financiadores internacionais, em âmbito europeu, nos temas das cidades inteligentes e inclusivas, mobilidade urbana, desenvolvimento local, sustentabilidade e agenda 2030, tem-se como uma das principais conclusões o **caráter inovador de um projeto dessa envergadura**. Por um lado, se constata que iniciativas similares de mapeamento dessa abrangência não se encontram disponíveis ou não se realizaram até o momento.

Se, **no âmbito europeu, existem inúmeros guias e consultorias que sistematizam dados sobre recursos financeiros disponíveis e orientam entes nacionais e subnacionais sobre o acesso a fundos europeus, no campo da cooperação internacional pouca informação sistematizada se encontra disponível para guiar a captação de recursos por parte da administração pública de países externos**. Tal fato indica o caráter inovador do mapeamento realizado ao empreender uma iniciativa que acessou, mobilizou e analisou uma ampla gama de fontes de informações pouco exploradas.

Por outro lado, a perspectiva de benchmarking permitiu identificar que os percursos de acesso a fundos internacionais costumam acionar redes e circuitos específicos e circunscritos. Os recursos do orçamento da União Europeia estão entre os mais difundidos quando se faz referência à cooperação internacional com o continente. Por sua vez, muitos projetos se valem do acesso a redes setoriais para acessar oportunidades pontuais de financiamento.

Assim, se verifica uma ausência de perspectiva global sobre as fontes europeias de financiamento quando se empreende um processo de captação externa de recursos. Uma sistematização de oportunidades, como aquela levada a cabo nesse projeto, que incluía o orçamento da União Europeia, organismos multilaterais, agências de cooperação internacional, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais, se mostra como uma prática extremamente inovadora, além de custosa de se empreender, no campo da cooperação internacional.

Por sua vez, tal caráter inovador do projeto implicou a mobilização de grande volume de horas de dedicação em atividades analíticas para explorar, sistematizar e avaliar um significativo conteúdo de dados e informações. A abordagem exploratória do projeto, sobre um universo inédito de fontes de financiamento internacional, também exigiu uma abordagem minuciosa e atenta acerca dos mecanismos de funcionamento e de acesso a tais fontes.

Dessa maneira, a etapa de desenvolvimento de subsídios para a apresentação de propostas às fontes de financiamento europeias se construiu a partir de uma **metodologia que aborda oportunidades exemplares para a elaboração e implantação de uma estratégia de captação de fundos internacionais**. Considerando-se a amplitude de oportunidades de financiamento identificadas e a complexidade de acesso e sistematização de informações, serão analisadas cinco fontes ou convocatórias que foram relacionadas na fase anterior de mapeamento. O principal objetivo é delinear um conjunto de subsídios para a estratégia de captação de recursos internacionais.

As cinco oportunidades selecionadas apresentam escopo de financiamento com considerável aderência à missão institucional da Enap. A análise detalhada dos fundos aporta subsídios para, por um lado, iniciar imediatamente um processo de captação de recursos e, por outro, abrir caminho para a construção de uma estratégia de internacionalização em acesso a fundos europeus.

Desse modo, os critérios adotados para a seleção de fundos e convocatórias foram a capacidade de abranger uma diversidade de áreas de atuação, a abordagem de diferentes mecanismos e metodologias de acesso, assim como a oferta de distintas opções de prazos para a apresentação de propostas.

Finalmente, para cada uma das fontes de financiamento selecionadas desenvolve-se um conjunto de subsídios técnicos para a apresentação de propostas. Mais especificamente, se constituem em orientações técnicas sobre o funcionamento detalhado dos mecanismos de financiamento, com o objetivo de estruturar as ações futuras de captação de recursos internacionais.

## 1. Technical Assistance and Information Exchange – TAIEX INTPA (União Europeia)<sup>3</sup>

O TAIEX INTPA é o Instrumento de Assistência Técnica e Intercâmbio de Informações, sob gestão da Comissão Europeia, concebido para os países e territórios abrangidos pela Direção-Geral de Parcerias Internacionais (INTPA), ou seja, fora do continente europeu e dos territórios fronteiriços. Esta fonte de financiamento fornece apoio técnico, de curto prazo, através de especialistas do setor público dos Estados-Membros da União Europeia, o qual pode abranger diversos aspectos de capacitação institucional relacionados com o suporte a iniciativas nacionais para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Através desse programa, a União Europeia presta apoio técnico de curta duração a instituições públicas, através de ações como workshops, missões de especialistas e visitas de campo. Para acessar o recurso existe uma série de passos prévios para submissão e implementação da proposta, sendo que a Delegação da UE no país deve ser informada e consultada antes do envio de candidaturas.

- **Mecanismo de apresentação de propostas**

O primeiro passo é o desenvolvimento do pedido de apoio, através do contato com a Delegação da União Europeia no país. Deve-se discutir a ideia de pedido de apoio TAIEX, sendo que a Delegação da UE fornecerá o modelo de candidatura para a redação da proposta.

O segundo passo se trata da submissão online da proposta. Quando a Delegação da UE aprova o projeto, deve-se trasladar o conteúdo para o formulário online correspondente, disponível em:

<https://webgate.ec.europa.eu/TMSWebRestrict/resources/js/app/#/applicationform/home>

O seguinte passo será a avaliação da candidatura, através de um processo interno de ponderação e consulta no âmbito da Comissão Europeia. A previsão de duração

---

<sup>3</sup> Toda a informação sobre esta fonte de financiamento está disponível em:

[https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/technical-assistance/taix-technical-assistance-and-information-exchange\\_en](https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/technical-assistance/taix-technical-assistance-and-information-exchange_en)

desse processo é de sete dias úteis, mas se a proposta for apresentada em francês, espanhol ou português, o processo se prolonga por cinco dias úteis adicionais.

No caso de alguma observação, solicitam-se esclarecimentos sobre a proposta. E uma vez que a Comissão Europeia aprova oficialmente o pedido, será possível iniciar o preparativo para a realização das atividades.

A partir de então, a equipe TAIEX INTPA contatará a instituição para definir a agenda, discutir a escolha dos especialistas a serem mobilizados, receber a lista de participantes e outros detalhes. Além disso, um provedor de serviços externo será responsável pela logística do evento, viagens e acomodação de especialistas e participantes, bem como as instalações necessárias. Esse serviço também é responsável pelo gerenciamento de ferramentas de conferência online necessárias para reuniões virtuais.

- **Prazos**

O processo de participação se encontra permanentemente aberto e se estima que o início das atividades se dê entre 2 e 4 meses após a apresentação de um pedido.

O calendário pode depender do tipo e do tema da atividade, bem como da disponibilidade dos especialistas dos Estados-Membros da UE e das instituições de acolhimento.

- **Documentos a apresentar**

Existem formulários de candidatura para todos os tipos de atividades TAIEX, os quais são disponibilizados pela Delegação da União Europeia após o contato inicial. Os formulários de inscrição estão disponíveis em inglês, francês, espanhol e português, e podem ser preenchidos nos idiomas correspondentes. Mais informações sobre os documentos podem ser acessadas nesse guia:

[https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2023-05/taix-user-guide\\_en.pdf](https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2023-05/taix-user-guide_en.pdf)

- **Limites de valor**

O TAIEX INTPA pode abarcar o custo de participação, nas atividades propostas, de funcionários públicos de Estados Membros da UE e de países parceiros. Em casos excepcionais, e devidamente justificados, podem ser mobilizados funcionários de organizações internacionais, peritos privados, de ONGs ou de administrações locais.

Vale destacar que não se pode cofinanciar atividades organizadas por outros projetos ou instituições.

- **Mecanismo de financiamento**

O financiamento pode ser aplicado para a organização dos seguintes tipos de atividades:

- Workshops: reuniões com especialistas do setor público contando com 4 a 5 profissionais de diferentes Estados-Membros da EU, direcionadas para um grande público (até 100 pessoas). Podem ser organizados em âmbito nacional (um único país) ou regional (vários países). Os workshops tendem a durar entre 2 e 5 dias.
- Missões de especialistas: mobilização de profissionais dos Estados-Membros da UE para fornecer assessoria sobre temas específicos, como, por exemplo, normas técnicas ou elaboração e implementação de uma lei. O público-alvo deve ser limitado, contando com um máximo de 20 participantes, sendo que as missões devem durar entre 2 e 5 dias.
- Visitas de estudo: se concebe como a missão de uma instituição do país a uma instituição homóloga de um Estado-Membro da UE. As visitas de estudo duram de 2 a 5 dias e podem contar com, no máximo, 3 pessoas.
- Trabalho remoto: especialistas dos Estados-Membros da UE podem oferecer um suporte específico de assessoria ou investigação a partir do seu domicílio. Esse tipo de trabalho de consultoria pode ter a duração de até 20 dias úteis.
- Série de eventos: trata-se de um planejamento sequenciado de diferentes atividades TAIEX INTPA dentro de uma mesma solicitação.
- Atividades online: podem configurar-se em workshops online, missões virtuais de especialistas e trabalho remoto.

Quando uma atividade isolada não puder suprir as necessidades do projeto, se considera a possibilidade de financiamento de uma série de eventos.

Para a realização das atividades, o TAIEX INTPA pode identificar especialistas em diversas áreas da administração do setor público europeu, usando uma rede de pontos de contato nacionais nos entes públicos dos Estados Membros da UE e do banco de dados online TAIEX, que conta com mais de 3.000 funcionários públicos.

- **Exigências**

A assistência TAIEX INTPA está restrita à postulação e participação por parte de funcionários públicos das administrações dos países parceiros, autoridades judiciais e de aplicação da lei, parlamentares e funcionários públicos que trabalham em parlamentos e órgãos legislativos, assim como representantes de parceiros sociais, sindicatos e associações patronais.

- **Aderência com áreas ou projetos da Enap**

O TAIEX INTPA se configura como uma iniciativa de contato institucional com a União Europeia, oferecendo suporte a atividades às quais a Enap pode se beneficiar, ampliando o intercâmbio de conhecimento com instituições europeias a partir de workshops temáticos, missões de especialistas e visitas de estudo, a fim de conhecerem e aprimorarem determinados aspectos da rotina administrativa.

- **Elenco de conteúdo necessário para as propostas**

A candidatura deve conter informações detalhadas sobre o âmbito e o objetivo da assistência solicitada. Pode incluir o(s) Estado(s)-Membro(s) de origem da consultoria e até nomes de peritos, desde que sejam funcionários públicos de um Estado-Membro.

Ao submeter um pedido, a instituição demandante estabelece um compromisso automático em apoiar integralmente a preparação da atividade e respeitar os prazos que serão acordados<sup>4</sup>.

O guia com os detalhes para o envio da proposta encontra-se disponível aqui:

<https://webgate.ec.europa.eu/TMSWebRestrict/publicDocument?id=132>

- **Contatos estratégicos**

O contato com a Delegação da União Europeia no Brasil é o canal estratégico para apresentar e desenvolver uma proposta. Geralmente, em cada Delegação existe um ponto focal para cada setor de intervenção, como por exemplo, meio ambiente, educação, direitos humanos, entre outros. Também pode ser estratégico entrar em

---

<sup>4</sup> Como ideia de referência, pode-se acessar os dois projetos desenvolvidos no âmbito do TAIEX-INTPA, em 2019 e 2022, pelo então Ministério da Economia e pela Receita Federal:

<https://webgate.ec.europa.eu/TMSWebRestrict/resources/js/app/#/library/detail/69414>  
<https://webgate.ec.europa.eu/TMSWebRestrict/resources/js/app/#/library/detail/70523>

contato com a chefia de cooperação da Delegação, a qual pode estabelecer o vínculo com o setor específico para a negociação e desenvolvimento da proposta.

De maneira orientativa, estes podem ser os pontos focais de contato no âmbito da Delegação da União Europeia:

- Diálogo político: chefia de Cooperação.
- Diálogo sobre políticas e consultas de programação: pontos focais para organizações internacionais e Estados Membros.
- Financiamento de programas e oportunidades: pontos focais temáticos específicos, como meio ambiente, agricultura, direitos humanos, etc.
- Implementação e administração de subsídios existentes: gerente de subsídios da UE que é designado para um programa.
- Envolvimento político de alto nível: embaixador da UE.

## 2. Global Europe: Neighbourhood, Development and International Cooperation Instrument – NDIC (União Europeia)<sup>5</sup>

A Global Europe é a principal fonte de financiamento da União Europeia para a cooperação internacional no período orçamentário de 2021 a 2027, apoiando países parceiros no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Esse programa funde, no atual orçamento da UE, vários instrumentos de financiamento externo anteriormente existentes, com o intuito de promover o compromisso de implementação da Agenda 2030 e do Acordo de Paris.

Também unifica subsídios e instrumentos de alavancagem e de garantias de financiamento, de maneira a impulsionar estrategicamente o investimento público e privado em cooperação internacional. Tal processo de mobilização de fundos privados, em apoio ao desenvolvimento sustentável, se efetivará em parceria com o Fundo para o Desenvolvimento Sustentável Plus (EFSD+), onde os investimentos serão apoiados por uma Garantia de Ação Externa de até 53,4 bilhões de euros.

- **Mecanismo de apresentação de propostas**

O acesso aos recursos do Global Europe é operacionalizado através de dois modos de gestão. Por meio da “gestão indireta” se procede a uma negociação com a Delegação da União Europeia no país, a qual decide a adjudicação dos recursos aos projetos apresentados, sem passar por um processo competitivo. A “gestão direta”, por sua vez, caracteriza-se como um sistema de editais em que a União Europeia lança convites à apresentação de propostas para a adjudicação de subvenções.

Os principais documentos orientativos para o planejamento das ações a serem financiadas pela UE, no âmbito do Global Europe, são os Programas Indicativos Plurianuais (PMI) e os Programas de Ação Anuais. Através desses dois instrumentos de planejamento é possível identificar as ações que poderão acolher propostas e o tipo de gestão para acesso aos recursos (de forma direta ou indireta)<sup>6</sup>.

---

<sup>5</sup> Toda a informação sobre esta fonte de financiamento está disponível em:

[https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/funding-instruments/global-europe-neighbourhood-development-and-international-cooperation-instrument\\_en](https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/funding-instruments/global-europe-neighbourhood-development-and-international-cooperation-instrument_en)

<sup>6</sup> Os Programas Indicativos Plurianuais (PMI) e os Programas de Ação Anuais para as Américas e Caribe (incluído o Brasil) estão disponíveis em: [https://international-partnerships.ec.europa.eu/countries/americas-and-caribbean\\_en#related-documents](https://international-partnerships.ec.europa.eu/countries/americas-and-caribbean_en#related-documents)

- **Prazos**

Os Programas Indicativos Plurianuais (PMI) são documentos da UE que identificam os setores prioritários (normalmente até três setores) e as áreas de apoio para cada país ou região. Seguidamente, para cada setor são estabelecidos objetivos específicos, resultados esperados, indicadores e, também, a alocação financeira prevista. Os PMIs são definidos inicialmente para todo o período orçamentário (2021-2027), podendo ocorrer revisões intermediárias.

Os Programas de Ação Anuais, por sua vez, se configuram como planos de trabalho para identificar os projetos que serão financiados nos próximos anos. Com base nos Programas Plurianuais e no orçamento disponível, os programas sintetizam as decisões de investimento, adotadas pela Comissão Europeia, que identificam os tipos de projeto a financiar. Tais decisões contam com os objetivos, as áreas de intervenção, os resultados esperados, os procedimentos de gestão (direto ou indireto), o valor total do financiamento previsto, assim como os cronogramas e prazos.

- **Documentos a apresentar**

Para apresentar uma proposta de projeto em ações com **gestão direta** com a UE, não há modelos pré-definidos a serem preenchidos. De maneira orientativa, deve-se elaborar um projeto com os seguintes itens:

- Descrição da ação: determinar os objetivos segundo resultados e produtos, com indicadores de desempenho e atividades com cronogramas e produtos.
- Orçamento: deve ser claro e realista, com descrições detalhadas dos itens a serem financiados para toda a duração do projeto, e justificado, com explicações sobre como se realizou todo o cálculo. O orçamento deve ser apresentado em euros ou na moeda local (se assim acordado com a Delegação da UE).

No caso de ações com **gestão indireta** de recursos da UE, os documentos a apresentar são definidos em cada convocatória de propostas<sup>7</sup>. O documento que geralmente identifica os modelos e apresenta as diretrizes de participação chama-se “Orientações para os candidatos” (publicado na página web da convocatória). Nesse

---

<sup>7</sup> As convocatórias são publicadas periodicamente no seguinte portal da Comissão Europeia: <https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/opportunities/portal/screen/programmes/relex>

documento e na página web estarão disponíveis todos os modelos e procedimentos para a apresentação de propostas.

As convocatórias podem ser abertas ou restritas. No primeiro caso, é solicitada a apresentação simultânea de todos os documentos de candidatura (nota conceitual, candidatura completa, quadro lógico e orçamento), enquanto que no segundo é necessário apresentar primeiro o anteprojeto, e apenas se ele for pré-selecionado deverão ser enviados os outros documentos. Em alguns casos também pode ser obrigatório submeter a proposta junto a organizações parceiras.

- **Limites de valor**

Para o período orçamentário de 2021 a 2027, o programa Global Europe conta com 6,36 bilhões de euros para investimentos em programas temáticos, nas áreas de Direitos Humanos e Democracia, Organizações da Sociedade Civil, Paz, Estabilidade e Prevenção de Conflitos, assim como Desafios Globais.

Outros 60,38 bilhões de euros estão destinados para programas geográficos, sendo 3,39 bilhões de euros alocados para o continente americano. Já uma reserva de fundos não alocados prevê o investimento de 9,53 bilhões de euros, que poderão complementar os programas mencionados anteriormente para lidar com circunstâncias imprevistas, novas necessidades ou desafios emergentes e novas prioridades.

O financiamento para ações no programa pode ser acessado tanto em âmbito temático quanto geográfico.

- **Mecanismo de financiamento**

Como indicativo dos mecanismos de financiamento, o Programa Indicativo Plurianual (PMI) regional para as Américas e Caribe, para o período 2021-2027, se configura como o instrumento que apresenta os programas e ações previstos para o Brasil, já que este não se beneficia de um PMI de país. Vale destacar que o PMI regional apoiará principalmente a transição verde, a transformação digital, a economia sustentável e inclusiva, a governança democrática, a segurança e a migração, bem como a coesão social e o combate às desigualdades.

O quadro a seguir identifica os programas e valores previstos para o período 2021-2027:

Componente		% de cada janela	EUR milhões
<b>Programa Indicativo Plurianual - Américas e Caribe</b>			<b>1.280</b>
<b>A – Janela Pan-Americana</b>		<b>84%</b>	<b>1.072</b>
<b>A1</b>	Área prioritária 1- Transição verde	+/-30%	322
<b>A2</b>	Área prioritária 2 – Transformação Digital	+/-12%	130
<b>A3</b>	Área prioritária 3 – Recuperação Económica Inclusiva e Sustentável	+/-13%	140
<b>A4</b>	Área prioritária 4 – Governança Democrática, Segurança e Migração	+/-11%	116
<b>A5</b>	Área prioritária 5 – Coesão Social e enfrentamento de desigualdades	+/-10%	110
<b>A6</b>	Janela América Central	+/-5%	50
<b>A7</b>	Suporte à projeção da UE: dimensões externas das políticas da UE, em suporte aos interesses da UE	+/-7%	70
<b>A8</b>	Provisões de cooperação que atendam programas regionais e países sem PMI (*)	+/-4%	46
<b>A9</b>	HICs (EUA e Canadá) e diplomacia para Argentina, Brasil e México	+/-6%	65
<b>A10</b>	Missão de Mandato de Empréstimo Externo	+/-2%	23
<b>B – Janela Caribe</b>		<b>16%</b>	<b>208</b>
<b>B1</b>	Parcerias em Pacto Verde	+/-42%	87
<b>B2</b>	Parcerias em Resiliência Económica e Comércio	+/-38%	78
<b>B3</b>	Parcerias para Governança, Segurança e Desenvolvimento Humano	+/-14%	30
<b>B4</b>	Provisões de cooperação, incluindo comunicação estratégica, diplomacia e diálogo político	+/-6%	13

*Estão previstos 170 milhões de euros para a Argentina (40 milhões de euros), Brasil (70 milhões de euros) e México (60 milhões de euros). Inclui 15 milhões de euros em recursos previstos para os países da OECS UMICs que serão geridos no âmbito da janela sub-regional do Caribe. Os recursos do FEDS+ representam a título indicativo um montante de 336 milhões de euros, dos quais um máximo de 153 milhões de euros corresponde à prestação de garantias e respetiva assistência técnica.*

*(\*) este componente inclui comunicação estratégica, bem como diplomacia pública para Chile, Panamá, Uruguai e Venezuela.*

Fonte: The Americas and the Caribbean Regional Multiannual Indicative Programme 2021-2027. Disponível em: [https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9356-americas-caribbean-annex\\_en.pdf](https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9356-americas-caribbean-annex_en.pdf)

Por sua vez, o Plano de Ação Anual 2022, aprovado em dezembro desse ano e com efeitos em 2023-24, definiu as seguintes ações para as Américas e o Caribe:

- Parceria de Política e Divulgação da UE nos EUA e Mecanismo de Apoio ao Diálogo Político nos EUA.
- Diplomacia na Argentina e no Brasil.
- Fase II do Mecanismo de Apoio aos Diálogos Políticos UE-Canadá.
- Cooperação Urbana e Regional Internacional - América do Norte (IURC NA) Fase III
- EL PACCTO 2.0 - Programa de Assistência contra o Crime Organizado Transnacional.

- Mecanismo de Cooperação Regional 2022 para as Américas e o Caribe.
- Cinco Grandes Florestas da Mesoamérica.
- Programa de Resiliência do Caribe.
- Desafios Globais Verdes no México.
- Políticas e administrações de finanças públicas mais fortes para reduzir as desigualdades no México (EU4Equity).
- Promoção do trabalho decente e apoio à formalização de empregos no México (EU4DecentWork).
- Fundo Global Gateway Renewable Hydrogen – Chile.

A ação “Mecanismo de Cooperação Regional 2022 para as Américas e o Caribe”<sup>8</sup> pode ser identificada como aquela que apresenta maior aderência para uma possível apresentação de propostas por parte da Enap. Esta ação apoiará os mecanismos de cooperação para as necessidades regionais e as necessidades dos países sem um Plano Indicativo Plurianual na América Latina, com é o caso do Brasil.

A ação conta com uma previsão de 15,1 milhões de euros, sendo 13,8 milhões visando a cooperação regional (para a facilitação de cooperação regional se destinam 7 milhões de euros e para ação externa de projeção da UE se preveem outros 6,8 milhões de euros) e 1,3 milhão para o país “sem Plano Indicativo Plurianual”, no caso o Brasil, visando o apoio ao diálogo político com a UE.

Em específico, esse último recurso apoiará, segundo o documento oficial, a manutenção de um diálogo construtivo com a Europa, em torno a uma ampla gama de áreas de interesse mútuo, como o alcance dos ODS, mudança climática, meio ambiente, biodiversidade, transformação digital, desigualdades, trabalho decente, governança oceânica, boa governança e transparência, migração, juventude, comércio, desenvolvimento econômico, igualdade de gênero, direitos humanos, democracia, segurança, migração, bem como coesão social e enfrentamento das desigualdades.

A gestão dos recursos se fará de maneira direta, através da concessão de subvenções e de editais, assim como de maneira indireta, com a promoção de parceria com um Estado Membro da UE. O prazo para a implementação da ação é

---

<sup>8</sup> A ação está incluída no “Plano de ação anual 2022 para as Américas e o Caribe - parte 1”, aprovado em dezembro de 2022 pela Comissão Europeia, disponível em: [https://international-partnerships.ec.europa.eu/document/download/1facc12f-f83f-49b3-b92b-f056d7cbcf8a\\_en?filename=aap-2022-c2022-9310-americas-caribbean-part-1\\_en.zip](https://international-partnerships.ec.europa.eu/document/download/1facc12f-f83f-49b3-b92b-f056d7cbcf8a_en?filename=aap-2022-c2022-9310-americas-caribbean-part-1_en.zip)

de 60 meses a partir da data de promulgação do documento oficial pela União Europeia, realizada em dezembro de 2022.

- **Exigências**

Cada ação da Global Europe define as exigências específicas para o acesso aos recursos. De maneira geral, uma exigência a ter em consideração é a capacidade de gerenciamento dos recursos dentro da lógica OPSYS.

O OPSYS é um sistema de informação utilizado pela Comissão Europeia para o Gerenciamento das Ações Externas. O sistema combina diversas ferramentas informáticas interativas e sistemas de informação atualmente utilizados pela Comissão, os quais abrangem todo o ciclo do projeto a ser financiado. Envolve desde a programação até à avaliação final, passando pelas fases de contratação e implementação.

Para mais informações sobre esse sistema, acesse a seguinte página da Comissão Europeia:

<https://wikis.ec.europa.eu/display/ExactExternalWiki/OPSYS>

- **Aderência com áreas ou projetos da Enap**

A preparação do processo de apresentação de propostas neste âmbito da União Europeia se apresenta como uma excelente oportunidade para criar estratégias diversas de acessos aos recursos internacionais. Seja de maneira direta ou indireta, os recursos disponíveis abrangem diversas áreas que indicam grande aderência aos projetos desenvolvidos pela Enap.

Alguns dos principais temas da Global Europe são caros à missão institucional da Enap e aos temas que a instituição vem fomentando nos últimos anos, tais como:

- Apoio ao desenvolvimento humano e educacional;
- Apoio às questões de sustentabilidade e no combate às mudanças climáticas;
- Fomento à digitalização na gestão pública; e
- Estímulo ao crescimento sustentável, emprego e comércio.

- **Elenco de conteúdo necessário para as propostas**

Para a gestão direta de recursos da UE não existem modelos pré-definidos para a apresentação de propostas. De maneira orientativa, as propostas para negociação com a Delegação da UE devem ter o seguinte conteúdo:

- Descrição da ação: especificar os Antecedentes, a Relevância da Ação, a Estrutura lógica e os Objetivos do projeto, a Metodologia, o Plano de trabalho, os Mecanismos de execução e a Sustentabilidade da ação.
- Orçamento: em negociações diretas, a UE geralmente não impõe um modelo de orçamento.

No caso de recursos com gestão indireta, a respectiva convocatória apresenta os modelos de documentos com os conteúdos necessários para apresentar as propostas. Em geral, os conteúdos dos documentos seguem essa definição:

- Nota conceitual: breve resumo da ação, incluindo objetivos, resultados esperados, grupos-alvo e beneficiários finais, atividades principais, relevância da ação e necessidades do país/região alvo.
- Aplicação completa: descrição detalhada da proposta, resultado esperado e impacto, atividades, metodologia plano de trabalho e sustentabilidade da proposta.
- Quadro lógico: descrição da matriz de resultados e os indicadores relacionados, seguindo a lógica OPSYS.
- Orçamento: segundo modelo fornecido e especificando, se oportuno, outras fontes de financiamento que também irão subsidiar o projeto.

- **Contatos estratégicos**

O contato com a Delegação da União Europeia no Brasil é o canal estratégico para apresentar e desenvolver uma proposta. Geralmente, em cada Delegação existe um ponto focal para cada setor de intervenção, como por exemplo, meio ambiente, educação, direitos humanos, entre outros. Também pode ser estratégico entrar em contato com a chefia de cooperação da Delegação, a qual pode estabelecer o vínculo com o setor específico para a negociação e desenvolvimento da proposta.

De maneira orientativa, estes podem ser os pontos focais de contato no âmbito da Delegação da União Europeia:

- Diálogo político: chefia de Cooperação.
- Diálogo sobre políticas e consultas de programação: pontos focais para organizações internacionais e Estados Membros.
- Financiamento de programas e oportunidades: pontos focais temáticos específicos, como meio ambiente, agricultura, direitos humanos, etc.

- Implementação e administração de subsídios existentes: gerente de subsídios da UE que é designado para um programa.
- Envolvimento político de alto nível: embaixador da UE.

### 3. Mitigation Action Facility – Convocatória de projetos 2023<sup>9</sup>

A Mitigation Action Facility é uma plataforma que fornece suporte técnico e financiamento para ambiciosos projetos de mitigação climática, com o objetivo de descarbonizar setores-chave da economia e da sociedade. Com essa perspectiva, subvenciona projetos de mitigação da mudança climática para implementar as Contribuições Nacionalmente Determinadas e as estratégias de longo prazo, que são fundamentais para atingir as metas do Acordo de Paris. O mecanismo se concentra principalmente em três setores prioritários: energia, transporte e indústria, mas permanece aberto a projetos intersetoriais vinculados a um dos setores prioritários.

Em 2012, os governos da Alemanha e do Reino Unido estabeleceram conjuntamente o NAMA Facility, agora conhecido como Mitigation Action Facility. A Dinamarca e a União Europeia aderiram ao programa como novos doadores em 2015, juntamente com a Children's Investment Fund Foundation (CIFF) em 2021. Na 27ª Conferência das Partes (COP27), no Egito, ao comemorar o 10º aniversário do NAMA Facility, o Conselho anunciou uma mudança de nome a partir de 2023, assim como um novo foco na descarbonização de setores prioritários da economia.

- **Mecanismo de apresentação de propostas**

Os projetos mais ambiciosos e viáveis são selecionados para apoio financeiro por meio de um processo abrangente que inclui as seguintes fases: Conceitual, Definitiva, Preparação Detalhada e Implementação.

Na Convocatória 2023, os candidatos deverão enviar, inicialmente, Projetos Conceituais, por meio de uma Plataforma Aberta de Aplicativos (OAP), ou seja, um portal online da instituição financiadora.

O número de Projetos Conceituais passíveis de apresentação por cada entidade será limitado a 10. Posteriormente, um conjunto selecionado de até 25 Projetos Conceituais seguirão para a próxima fase, de esboço e consolidação de projetos.

Esta segunda fase é constituída pelo desenvolvimento de uma série de anexos do projeto, detalhando, entre outros, o modelo de negócios e o mecanismo financeiro do

---

<sup>9</sup> Toda a informação sobre esta fonte de financiamento está disponível em: <https://mitigation-action.org/calls-for-projects/current-call/>

projeto, o marco conceitual, as reduções de emissões de gases de efeito estufa, o endosso do projeto pelos principais ministérios nacionais, etc. A Fase Definitiva, ou seja, o período designado para o desenvolvimento e a apresentação de um esboço do projeto, dura cerca de três meses.

Com base na avaliação e recomendação do avaliador externo, e da própria entidade, serão selecionados os projetos para financiamento do projeto detalhado. Nessa Fase de Propostas se fornece todo o suporte para uma preparação mais particularizada e refinada dos projetos. O detalhamento de um projeto individual dura de 10 a 15 meses.

Ao final dessa fase, as Propostas de Projeto passarão por avaliação de especialistas externos e da entidade. Com base na avaliação e recomendação dos avaliadores, finalmente serão selecionados os projetos para financiamento na Fase de Implementação.

- **Prazos**

A convocatória de projetos 2023 estará aberta para envio de projetos conceituais entre 2 de junho e 31 de julho de 2023. O cronograma detalhado é o seguinte:

- Lançamento da Convocatória: 2 de junho de 2023.
- Prazo para envio de projetos conceituais: 2 de junho a 31 de julho de 2023.
- Avaliação e seleção dos conceitos de projetos conceituais: agosto-setembro de 2023.
- Fase de esboço de projeto: 1 de outubro a 31 de dezembro de 2023.
- Avaliação e seleção dos esboços de projeto: janeiro-março de 2024.
- Contratação da fase de preparação detalhada: abril de 2024.
- Apresentação de propostas de projetos: no final do 10º ao 15º mês.
- Decisão de financiamento com base nas propostas de projeto: aproximadamente cinco meses após a apresentação da proposta de projeto.

- **Documentos a apresentar**

A apresentação dos Projetos Conceituais ocorre por meio de uma plataforma de aplicação baseada na Web (OAP), onde se responde a uma série de perguntas orientadoras. As informações solicitadas são divididas em três grandes categorias: informações gerais sobre o projeto, conceito do projeto e ambição do projeto. Vale

destacar que não são necessários anexos ou quaisquer documentos complementares nessa fase.

- **Limites de valor**

O volume total de financiamento solicitado para a implementação de um projeto deve estar na faixa de 5 a 25 milhões de euros. Em casos excepcionais, o volume total de financiamento pode se desviar desses limites, particularmente em projetos que podem exigir um financiamento maior se uma robusta justificativa é fornecida.

Deve-se ressaltar que essa faixa de financiamento não inclui o financiamento para a Fase de Preparação Detalhada do Projeto.

- **Mecanismo de financiamento**

O financiamento da convocatória está baseado em subvenções a projetos, direcionado a uma combinação de medidas de assistência técnica e de cooperação financeira. O objetivo deste último é desenvolver e oferecer mecanismos financeiros baseados no mercado, sustentáveis e escaláveis, desbloqueando investimentos em tecnologias e práticas que levem à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Espera-se que a assistência técnica, por sua vez, catalise investimentos, fortaleça capacidades institucionais e desencadeie impactos comportamentais, resultando em mudanças em todo o setor para melhorar o bem-estar social, gerando desenvolvimento socioeconômico, ecológico e institucional, além de garantir as perspectivas de gênero e de inclusão social.

O mecanismo de financiamento se concentra principalmente em três setores prioritários: energia, transporte e indústria. Porém, permanece aberto a projetos intersetoriais vinculados a um dos setores prioritários. A seguir se detalha o conceito de financiamento em cada um desses setores.

O setor de energia inclui principalmente projetos que visam a redução de emissões de gases de efeito estufa na geração de eletricidade e produção de calor, incluindo soluções de armazenamento para a energia gerada a partir de fontes renováveis. A otimização do uso de energia através da introdução de propostas de eficiência energética também estaria no escopo do setor. As atividades podem envolver os setores público e privado.

O setor de transportes, por sua vez, abrange projetos que visam a redução de emissões de gases de efeito estufa em transportes terrestres, marítimos e aéreos. O transporte terrestre (rodoviário) inclui soluções que vão desde a implantação de veículos de emissão zero até o desenvolvimento e harmonização de infraestrutura de carregamento, bem como intervenções ao longo da cadeia de fornecimento de baterias. Além disso, a expansão da rede ferroviária e da infraestrutura, incluindo o transporte público, pode oferecer uma alternativa neutra ao transporte individual (rodoviário). O transporte marítimo e aéreo também apresenta oportunidades para a implantação coordenada de iniciativas de emissão zero ou de infraestrutura de reabastecimento, por exemplo, nas principais rotas internacionais. As medidas de mitigação também podem incluir a neutralidade carbônica nos portos e aeroportos.

Finalmente, o setor industrial abrangeria intervenções na indústria pesada (por exemplo, construção, cimento, produtos químicos e metais) e leve (por exemplo, bens de consumo, moda e varejo). Intervenções como otimização do uso de recursos, inovação em processos industriais e uso de produtos, introdução de tecnologias de emissão zero, dentre outras, podem ser apoiadas para a redução de emissões de gases de efeito estufa. As propostas podem ser direcionadas a qualquer tipo de empresa, tanto para pequenas e médias, quanto para grandes companhias ou mesmo clusters. Os projetos voltados para a eficiência energética e geração de energia no setor industrial serão considerados intersetoriais, vinculados a dois setores prioritários (energia e indústria).

Nesse sentido, os projetos intersetoriais poderão estar vinculados a dois dos setores prioritários da iniciativa. Como exemplo, um projeto que busca promover soluções de mobilidade elétrica e o desenvolvimento da infraestrutura de energia seria considerado um projeto intersetorial.

- **Exigências**

Atores públicos e privados podem apresentar Projetos Conceituais nesta convocatória. Tanto os Projetos Conceituais e os Esboços do Projeto podem ser enviados por um ministério nacional ou por pessoas jurídicas que cumpram com certos requisitos de capacidade e elegibilidade, além de contar com o endosso das instituições governamentais nacionais. Nesse sentido, a Enap, como uma agência

governamental, configura-se como uma entidade legal, podendo atuar como Requerente, Entidade Parceira e/ou Organização de Implementação.

Os candidatos também podem formar uma parceria ou consórcio para preparar e apresentar um Projeto Conceitual e, posteriormente, mediante seleção, um Esboço de Projeto. Dessa maneira, as Fases de Conceito e de Esboço do Projeto estão abertas a candidatos que não precisam necessariamente se qualificar como Organizações de Implementação, última fase de acesso aos recursos.

Nesse caso, as Organizações de Implementação que apresentam as Propostas de Projeto são pessoas jurídicas qualificadas, endossadas pelo governo nacional para garantir a implementação de um projeto. Como o financiamento do Mitigation Action Facility não pode ser adjudicado diretamente a instituições governamentais parceiras, como ministérios, as Organizações de Implementação serão os órgãos contratuais e destinatários do financiamento. As Organizações de Implementação serão responsáveis pela correta utilização dos fundos e serviços, pela gestão financeira e administrativa do projeto, pelo acompanhamento e prestação de contas.

- **Aderência com áreas ou projetos da Enap**

A iniciativa Mitigation Action Facility acopla-se especificamente à agenda de sustentabilidade, visando estratégias de longo prazo para se atingir as metas do Acordo de Paris. A partir dessa perspectiva, a Enap pode atuar como catalisadora de iniciativas que convirjam com as prioridades da nova gestão federal acerca da agenda ambiental e do protagonismo em que o país se posiciona nas discussões internacionais sobre sustentabilidade. Além disso, o mecanismo permite o desenvolvimento de uma proposta somente com elementos prévios e conceituais, contando com a possibilidade de promover parcerias com instituições públicas e privadas para sua implementação.

- **Elenco de conteúdo necessário para as propostas**

Segundo documento de referência da convocatória, o conteúdo a ser desenvolvido nas propostas deve ter um caráter ambicioso<sup>10</sup>, definido pelo potencial de mudança

---

<sup>10</sup> O Documento de Informações Gerais da Convocatória está disponível em: <https://mitigation-action.org/publications/general-information-document-current-call/>

transformadora, pelo potencial de mitigação climática, bem como pelo potencial para alavancar fontes de cofinanciamento.

Nesse sentido, os Projetos Conceituais devem descrever como as ações de mitigação em um determinado setor podem ser implementadas. Isso deve incluir um mecanismo financeiro que permita o direcionamento das decisões de investimento público e privado para além da vida útil do projeto, levando a um desenvolvimento neutro em carbono.

Os Projetos Conceituais, após a seleção para fases posteriores de desenvolvimento e avaliação, devem ser elaborados e justificados quantitativamente, com, por exemplo, modelos de negócios e cálculos de redução de emissões de gases de efeito estufa. Também devem ser justificados com uma perspectiva qualitativa, incluindo, por exemplo, consultas às partes interessadas e endosso de instâncias de governo.

Por fim, deve-se ter em consideração que todas as informações do Projeto Conceitual são fornecidas em inglês e que o horizonte de implementação do projeto tem uma duração prevista de 3 a 5 anos e meio.

O órgão financiador disponibiliza um exemplo de modelo de Projeto Conceitual, que serve como orientação para fins meramente informativos. O documento está disponível no seguinte endereço:

[https://mitigation-action.org/wp-content/uploads/Project-Concept-template\\_website-example-1.pdf](https://mitigation-action.org/wp-content/uploads/Project-Concept-template_website-example-1.pdf)

- **Contatos estratégicos**

Todas as informações e dúvidas devem ser canalizadas através do seguinte e-mail de contato da instituição: [contact@mitigation-action.org](mailto:contact@mitigation-action.org)

O portal da internet contém todas as informações sobre a convocatória, disponível em <https://mitigation-action.org/calls-for-projects/current-call/>.

As sessões de perguntas frequentes e os registros dos webinars realizados são instrumentos estratégicos para dirimir dúvidas e orientar a elaboração de propostas.

#### 4. Welcome Trust Discovery Awards<sup>11</sup>

A Wellcome Trust é uma fundação de caridade global, localizada no Reino Unido, que financia pesquisas que abordem três desafios relacionados com a saúde humana: mudança climática, doenças infecciosas e saúde mental. Trabalham com formuladores de políticas públicas, realizam campanhas e formam parcerias com diversas organizações no mundo.

Dentre as diversas linhas de financiamento existentes, a Wellcome Trust Discovery Awards fornece suporte para pesquisadores e equipes, de qualquer disciplina, que desejam trabalhar ideias ousadas e criativas para fornecer mudanças significativas na saúde e no bem-estar da humanidade.

- **Mecanismo de apresentação de propostas**

O primeiro passo é enviar a proposta de pesquisa à organização que acolherá a pesquisa para que aprove a proposta, através da plataforma online Grant Tracker. Em seguida, a organização anfitriã analisa a inscrição e a envia para a Wellcome Trust, que elaborará a lista de pré-selecionados.

Será verificada a elegibilidade para o financiamento e se a proposta garante o cumprimento dos objetivos de investigação. Se a candidatura não for elegível ou não demonstrar como cumprirá os objetivos, será descartada e a instituição explicará o motivo.

Vale explicitar que um dos seguintes grupos revisará a proposta, dependendo da área de pesquisa:

- Mecanismos Moleculares
- Biologia de Patógenos e Transmissão de Doenças
- Biologia Celular, Desenvolvimento e Fisiologia
- Sistema Imunológico na Saúde e na Doença
- População e Saúde Pública
- Ciências do cérebro e do comportamento
- Genética e Genômica

---

<sup>11</sup> Toda a informação sobre esta fonte de financiamento está disponível em: <https://wellcome.org/grant-funding/schemes/discovery-awards>

- Humanidades Médicas
- Ciências Sociais
- Ciência de Dados, Ferramentas e Tecnologia

O seguinte passo é a revisão escrita, por um especialista, dos projetos pré-selecionados. Os revisores serão escolhidos com base na experiência no campo de pesquisa e comentários serão enviados aos participantes.

O último passo é a realização de entrevistas, onde um comitê conversará com os candidatos pré-selecionados nos escritórios da Wellcome, em Londres. As entrevistas poderão ser realizadas remotamente, sendo que antecipadamente se enviarão informações sobre a estrutura do processo. Também será obrigatório enviar à entidade o conteúdo da apresentação, visto que será necessário fazer uma explicação da proposta no início da entrevista.

As decisões finais de financiamento serão adotadas por um conselho e todos os candidatos receberão uma notificação por e-mail sobre o resultado final. Além disso, uma avaliação por escrito será enviada a todos os candidatos que não forem selecionados.

Vale ressaltar que as candidaturas não aprovadas poderão apresentar-se em próximas rodadas de financiamento, com mudanças significativas necessárias para a nova inscrição.

- **Prazos**

O prazo para fazer a inscrição de propostas de pesquisas vai até 25 de julho de 2023.

As datas de apresentação e seleção das propostas são as seguintes:

- Abertura de inscrição: 01 de junho de 2023.
- Prazo de inscrição: 25 de julho de 2023.
- Lista de pré-selecionados: outubro de 2023.
- Entrevistas: 23 a 25 de janeiro de 2024.

Também estão previstas novas rodadas de financiamento para novembro de 2023 e abril de 2024.

- **Documentos a apresentar**

A submissão da proposta é feita através de uma plataforma online<sup>12</sup>. Um exemplo orientativo de formulário completo de inscrição, com todos os conteúdos a desenvolver, está disponível no seguinte documento:

<https://cms.wellcome.org/sites/default/files/2021-08/sample-full-app-form-wellcome-discovery-award.pdf>

- **Limites de valor**

Não há limites de valores pré-estabelecidos para a apresentação de propostas<sup>13</sup>. Deve-se ter em consideração que o orçamento proposto deve ser justificado e coerente, além de embasar uma proposta competitiva e adequada aos princípios e propostas do esquema de financiamento.

- **Mecanismo de financiamento**

O Wellcome Discovery Award fornece financiamento na área de pesquisa aplicada. O subsídio à pesquisa geralmente dura 8 anos, mas pode ser menor para algumas disciplinas, como humanidades e ciências sociais. A pesquisa pode ser realizada em regime de meio período de dedicação.

Deve-se solicitar um patamar e uma duração de financiamento apropriados para a pesquisa proposta, além de justificar esses custos no pedido. Os recursos financiáveis incluem:

- Custos salariais da equipe<sup>14</sup>
- Desenvolvimento profissional contínuo e treinamento
- Materiais e produtos
- Experimentos com animais
- Equipamentos
- Taxa indiretas
- Despesas gerais
- Viagens e despesas de locomoção
- Subsídios para estadias no exterior

<sup>12</sup> A plataforma de submissão de propostas “Wellcome Trust Grant Tracker” está disponível em: <https://wtgrants.wellcome.org/Login.aspx?ReturnUri=%2F>

<sup>13</sup> Sobre os limites de financiamento, ver o seguinte trecho do webinar realizado em abril de 2022, a partir do minuto 21:27, disponível em: <https://youtu.be/zN8vMIUbiQ4?t=1287>

<sup>14</sup> Pesquisas em um país de renda baixa ou média podem solicitar uma contribuição para o salário dos pesquisadores e equipe se houver um contrato permanente, indeterminado ou de longo prazo, desde que as condições contratuais permitam a captação de recursos externos para o pagamento de salários.

- Despesas de trabalho de campo
- Subsídio de taxas inflação
- Custos de pesquisa clínica
- Organizações de pesquisa contratadas
- Outros custos
  - **Exigências**

O financiamento da Wellcome Discovery Award busca pesquisadores que desejam desenvolver ideias ousadas e criativas, que gerem mudanças significativas na sociedade, adotando metodologias, estruturas conceituais, ferramentas ou técnicas que beneficiem o campo da saúde humana. A pesquisa pode ser em qualquer disciplina, incluindo ciência, tecnologia, engenharia e matemática, medicina experimental, humanidades e ciências sociais, ciências clínicas e afins da saúde e saúde pública. Além disso, a pesquisa pode ser em uma única disciplina ou multidisciplinar.

Um projeto pode ser realizado por um pesquisador estabelecido em uma instituição ou por uma equipe de pesquisadores liderada por um pesquisador estabelecido. O candidato principal de uma equipe deve contribuir com pelo menos 20% do tempo de pesquisa para o programa, e contar com:

- posição internacional como líder de pesquisa em seu campo;
- experiência de liderar pesquisas inovadoras e criativas; e
- um histórico de gerenciamento e treinamento de equipes.

A organização onde se desenvolverá a pesquisa deve estar em um dos seguintes locais: Reino Unido, República da Irlanda ou um país de renda baixa ou média (como o Brasil, e exceto Índia e China continental). Além disso, deve ser uma organização sem fins lucrativos, como uma instituição de ensino superior, um instituto de pesquisa, uma organização de saúde não acadêmica ou uma entidade de caridade ou empresa social.

Os co-candidatos que integrem a proposta podem estar em qualquer estágio de carreira e baseados em qualquer lugar do mundo, exceto na China continental. Cada co-candidato deve fazer uma contribuição significativa e essencial para a proposta de pesquisa, como por exemplo, planejando os trabalhos, redigindo a inscrição e

gerenciando o projeto. Além disso, podem estar baseados na mesma organização ou em diferentes organizações, e ser provenientes de qualquer disciplina.

O tamanho da equipe dependerá da pesquisa proposta. Geralmente, varia de dois a oito candidatos, incluindo o candidato principal.

- **Aderência com áreas ou projetos da Enap**

Esse esquema de financiamento é muito caro às áreas de inovação e pesquisa aplicada da Escola, podendo servir como plataforma para o fomento de uma agenda de pesquisa vinculada à inovação dos serviços públicos.

Esta fonte de financiamento se apresenta como oportunidade para alavancar projetos inovadores por parte da Enap, principalmente no âmbito da pesquisa aplicada. O edital em específico conta com modelos de documentos a preparar previamente, assim como a metodologia de gerenciamento de projeto. Também é possível buscar na base de dados da entidade referências sobre os diversos projetos já financiados nas linhas de suporte à investigação.

- **Elenco de conteúdo necessário para as propostas**

A proposta de pesquisa deverá atender aos critérios de competitividade da entidade, segundo os seguintes princípios:

- **Audácia:** o objetivo é oferecer uma mudança significativa na compreensão e fornecer um avanço significativo em relação às metodologias, estruturas conceituais, ferramentas ou técnicas existentes. Deve ter o potencial de estimular pesquisas novas e inovadoras.
- **Criatividade:** a abordagem proposta deve ser inovadora e desenvolver novos conceitos, métodos ou tecnologias, além de combinar ideias e abordagens existentes de uma nova maneira.
- **Alta qualidade:** o projeto deve ser bem concebido, claro, apoiado por evidências e os resultados propostos devem ser viáveis.

- **Contatos estratégicos**

O portal da internet contém todas as informações sobre o funcionamento da fonte de financiamento: <https://wellcome.org/grant-funding/schemes/discovery-awards>

As dúvidas e consultas sobre elegibilidade, itens financiáveis e detalhes de financiamento devem ser enviados via formulário de contato, disponível em:

<https://wellcome.org/who-we-are/contact-us/funding-enquiry>

Também existe um telefone de contato: (0)20 7611 5757.

## 5. International Centre for Tax and Development – ICTD<sup>15</sup>

O ICTD é um centro de pesquisa independente com foco no desenvolvimento de políticas de administração tributária em países do sul global. O centro apoia propostas de ampliação da arrecadação de receita fiscal visando o aumento da qualidade na prestação de serviços públicos.

O centro está baseado no Instituto de Estudos de Desenvolvimento, uma organização de pesquisa e aprendizado afiliada à Universidade de Sussex em Brighton, Inglaterra. Foi fundado em 2010 e é financiado pelo Escritório de Relações Exteriores e Desenvolvimento do Reino Unido (FCDO), pela Fundação Bill & Melinda Gates e pela Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norad).

- **Mecanismo de apresentação de propostas**

Periodicamente, o ICTD lança convocatórias de propostas de pesquisa em áreas específicas. Para a participação nas convocatórias deve-se enviar uma proposta de pesquisa completa, um resumo, um orçamento e um cronograma de entregas de produtos, segundo modelos disponíveis. Nessas convocatórias, incentivam fortemente a colaboração e a coprodução de pesquisas entre parceiros do Norte e do Sul, assim como entre pesquisadores, autoridades fiscais e formuladores de políticas fiscais.

- **Prazos**

Os prazos para envio de propostas dependem de cada convocatória, as quais fornecem orientação sobre o calendário para envio de projetos. O ICTD orienta a verificação periódica da seção de notícias da página ou mesmo a subscrição ao boletim informativo (newsletter), para atualização sobre as oportunidades de financiamento.

- **Documentos a apresentar**

Para enviar uma proposta, deve-se inicialmente preencher um formulário disponibilizado para cada convocatória, que se constitui em resposta a perguntas norteadoras sobre o projeto. Essas informações relevantes servirão para avaliar a

---

<sup>15</sup> Toda a informação sobre esta fonte de financiamento está disponível em: <https://www.ictd.ac/research-grants/>

proposta inicial de pesquisa. Em seguida, se aprovada a proposta, será necessário enviar um projeto detalhado.

A entidade disponibiliza um guia com as informações mais gerais sobre as informações a apresentar em convocatórias, que está disponível em:

<https://www.ictd.ac/wp-content/uploads/2021/05/Guidance-to-complete-the-ICTD-Detailed-proposals.pdf>

- **Limites de valor**

Os valores a financiar são definidos em cada convocatória.

- **Mecanismo de financiamento**

Após o envio do formulário com os dados gerais do projeto, o ICTD responderá com comentários e fornecerá uma resposta sobre a aprovação, a revisão ou a rejeição da proposta inicial. Se a iniciativa for aprovada, será solicitado o preenchimento de um formulário de proposta detalhado.

As propostas detalhadas são elaboradas para fornecer uma descrição mais clara e abrangente do projeto, que permitirá aos membros da equipe do ICTD avaliar se ele é adequado ao financiamento. Geralmente, as propostas detalhadas contam com oito ou dez páginas, mas podem ser um pouco mais curtas ou mais longas, dependendo da convocatória.

As propostas devem elaborar um plano claro e estruturado que explique como será implementado o projeto. Isso incluiria, no mínimo, uma explicação abrangente das perguntas e os motivos de serem relevantes e importantes, além de uma metodologia clara e bem definida. A proposta detalhada permitirá que os revisores entendam melhor o projeto, sua contribuição potencial para o conhecimento científico e se a metodologia é apropriada e viável.

- **Exigências**

O ICTD tem como missão o apoio a iniciativas governamentais, precisamente no âmbito da arrecadação de receitas locais de forma mais justa e de forma a promover confiança, transparência e responsabilidade. Dessa maneira, a exigência da instituição é que os projetos sejam implementados através de:

- Parceria com governos para fornecer suporte prático e aconselhamento.

- Realização de pesquisa colaborativa e aplicada para subsidiar projetos de reforma administrativa.
- Desenvolvimento de ferramentas operacionais, incluindo soluções de tecnologia.
- Oferecimento de treinamento para desenvolver capacidades locais.

As iniciativas também são levadas à cabo com parceiros regionais e internacionais envolvidos com o tema do financiamento local, com vistas ao compartilhamento de ideias e formulação de políticas direcionadas. Além disso, incentiva-se fortemente a colaboração e a coprodução de pesquisas entre parceiros do Norte e do Sul, assim como entre pesquisadores, autoridades fiscais e formuladores de políticas fiscais. Idealmente, essa colaboração deve ocorrer ao longo das principais etapas do ciclo de um projeto, incluindo o desenho, a implementação, a análise de dados e a redação.

- **Aderência com áreas ou projetos da Enap**

Esta fonte de financiamento tem potencialidade para o suporte às iniciativas da Enap no âmbito do tema das finanças públicas. Mesmo sem contar com uma convocatória aberta, a preparação de uma proposta de projeto, seguindo os modelos previstos pela entidade, é uma oportunidade para a estruturação de futuras ações de captação de recursos nesse âmbito.

- **Elenco de conteúdo necessário para as propostas**

A proposta inicial se configura como uma descrição do projeto, que deve ser breve, mas capaz de fornecer informações suficientes para permitir que os revisores entendam os objetivos da pesquisa, sua contribuição potencial para o campo científico e se a metodologia é apropriada e viável. Como orientação, as perguntas que a proposta deve abordar são as seguintes:

- Que pergunta (ou perguntas) se tenta responder?
- Como o projeto se relaciona com outros estudos semelhantes?
- O que diferencia p projeto de outras pesquisas?
- Quais dados são necessários para responder a essas perguntas?
- Como se conseguem esses dados?
- Como se usarão esses dados para responder à pergunta(s)?

Por sua vez, para submeter a proposta completa para cada convocatória, deverá ser preenchido o formulário disponibilizado, certificando-se de que:

1. Aporta uma proposta de pesquisa completa em formato word que inclua todas as respostas relevantes para as questões norteadoras.
  2. Contém um breve resumo da proposta conforme solicitado nas seções principais da convocatória. Esses resumos oferecerão aos revisores uma visão geral inicial do projeto antes que eles verifiquem a proposta de pesquisa completa. Os resumos também são utilizados para eventuais contratações caso o projeto seja aceito para financiamento.
  3. Apresenta um orçamento totalmente justificado.
  4. Inclui um plano de produtos e entregas do projeto, com base em um cronograma.
- Quando uma convocatória estiver publicada, o formulário estará disponível no seguinte endereço:

<https://www.cognitofrms.com/IDS10/ICTDINITIALPROPOSALFORM>

- **Contatos estratégicos**

As iniciativas de contato devem ser canalizadas através da seguinte página web:

<https://www.ictd.ac/contact-us/>

### **C. Proposta de notas conceituais para apresentação de projetos nas áreas de cidades inteligentes e inclusivas, mobilidade urbana, desenvolvimento local, sustentabilidade e agenda 2030**

Nesta seção se apresentam os subsídios gerais e conceituais para a elaboração de notas técnicas visando a apresentação de propostas nas cinco áreas de atuação do projeto. Tais notas técnicas, com caráter conceitual, contam com três partes: Introdução, Justificativa e Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário.

O objetivo dessa seção não é tratar os conteúdos das áreas temáticas do projeto de maneira aprofundada e exaustiva. Ao contrário, busca-se oferecer informações contextuais que possam servir de subsídios para informar propostas ou pedidos de financiamento de projetos sobre os temas Cidades inteligentes e inclusivas, Mobilidade Urbana, Desenvolvimento Local, Sustentabilidade e Agenda 2030.

Nesse sentido, a abrangência dos fundos e fontes de financiamento, além do nível do planejamento das ações de captação de recursos, aos quais este material de subsídio serve como documento balizador, fazem com que as possibilidades de aplicação do conteúdo das notas técnicas sejam flexíveis e adaptáveis a diversos tipos de projeto. Portanto, a leitura e a incorporação dessas propostas devem considerar a necessidade de adaptação a cada contexto concreto de participação em convocatórias de financiamento e de estabelecimento de parcerias internacionais.

## **a) Cidades inteligentes e inclusivas**

### **Introdução**

A agenda das políticas públicas para a promoção de cidades inteligentes e inclusivas se apresenta como um desafio crescente para as redes de cidades no Brasil e no mundo. Essa agenda abarca questões de grande complexidade, incluindo temas que vão do acesso à informação pública, passando pela democratização da conexão digital, até a implementação de mecanismos de digitalização de serviços e de análise massiva de dados para o aprimoramento da administração eletrônica.

Pela expansão e magnitude da agenda, as políticas para a disseminação de cidades inteligentes e inclusivas, no Brasil, demanda articulação internacional e convergência com oportunidades encetadas nas diversas redes de cidades globais.

Um ativo a ser explorado refere-se ao conhecimento acumulado na ampliação de redes e serviços urbanos tradicionais em direção à melhora da eficácia e da eficiência na aplicação de soluções digitais para a administração pública.

Observa-se um momento favorável para empreender o acesso a fundos e fontes de financiamento, principalmente em âmbito europeu, que permitam a criação de parcerias estratégicas no desenvolvimento da gestão urbana digital.

Nas últimas décadas o Brasil tem acumulado experiências exitosas na implementação de soluções criativas referentes à agenda das cidades inteligentes e inclusivas. Por sua vez, a Enap tem atuado na difusão desta pauta no contexto brasileiro, estimulando o suporte, consolidação e inovação de propostas de gestão digital e inclusiva para as cidades brasileiras<sup>16</sup>.

### **Justificativa**

No contexto europeu, o conceito de cidades inteligentes e inclusivas está fortemente associado à aplicação de tecnologias digitais para impulsionar um ambiente urbano verde, a partir da otimização do uso de recursos naturais e da diminuição na emissão

---

<sup>16</sup> São exemplos nesse sentido tanto a confecção do curso “Cidades Inteligentes”, que trabalha, a partir de uma perspectiva crítica, a aplicação de projetos de transformação digital nas administrações públicas locais (disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/curso/489>) quanto o relatório de evidências “Cidades Inteligentes”, que sintetiza os principais conceitos, abordagens, dimensões e estratégias de classificação do que é ser uma “cidade inteligente” (disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/7001?mode=full>).

de poluentes e elementos contaminantes. Tal conceito engloba diversas ações implementadas em muitas cidades do continente, como redes de transporte urbano inteligentes, instalações remodeladas para o abastecimento eficiente de água e descarte adequado de resíduos, assim como mecanismos mais eficientes de iluminação e aquecimento de edifícios.

O conceito também inclui um conjunto de experiências e propostas para incentivar administrações locais a se tornarem mais interativas e participativas, assim como a consolidação de espaços públicos mais seguros e o atendimento às necessidades de uma população em envelhecimento<sup>17</sup>.

Uma das fórmulas mais exitosas para a criação de ambientes inovadores no âmbito da agenda das cidades inteligentes são as plataformas de encontro entre cidades e atores públicos, privados e da sociedade civil. Tratam-se de iniciativas de troca de experiências e pactos entre cidades, indústrias, pequenas e médias empresas, investidores, bancos, pesquisadores, movimentos sociais e demais atores relacionados ao tema das cidades inteligentes. Por sua vez, as principais áreas temáticas tratadas nestes fóruns são mobilidade urbana sustentável, zonas industriais verdes, infraestruturas digitais de energia, tecnologia da informação, comunicação e transportes, governança de dados abertos, modelos de negócios, compras e financiamento<sup>18</sup>.

A transição digital no âmbito urbano também é considerada uma questão prioritária para a União Europeia. A partir da iniciativa da Comissão Europeia para impulsionar cidades mais verdes, principalmente através do Pacto Ecológico Europeu, a UE criou o programa *Europa Digital*. O referido programa fornece financiamento estratégico às cidades do continente para a formulação de políticas públicas em cinco áreas principais de atuação: supercomputadores, inteligência artificial, cibersegurança, habilidades digitais avançadas e uso de tecnologias digitais na economia e na sociedade<sup>19</sup>. Além disso, o programa responde a um dos desafios colocados a partir da pandemia da COVID-19 e concernente à dependência dos cidadãos e gestores públicos em relação às soluções tecnológicas.

---

<sup>17</sup> Ver o portal da Comissão Europeia sobre o tema "cidades inteligentes", disponível em: [https://commission.europa.eu/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities\\_en](https://commission.europa.eu/eu-regional-and-urban-development/topics/cities-and-urban-development/city-initiatives/smart-cities_en)

<sup>18</sup> Para mais informações, consultar o portal "Smart Cities Marketplace", da Comissão Europeia, disponível em: <https://smart-cities-marketplace.ec.europa.eu/>

<sup>19</sup> Ver o portal "Programa Digital Europa", disponível em: <https://digital-strategy.ec.europa.eu/en/activities/digital-programme>

Dentre as tendências recentes que guiam o planejamento urbano das cidades inteligentes para as próximas décadas, pode-se depreender a aplicação e utilização de tecnologia 5G em serviços urbanos, a tomada de decisão em políticas públicas guiada pela ciência de dados, assim como a otimização do uso do espaço público a partir de ferramentas de tecnologia da informação<sup>20</sup>.

O acesso a recursos de fontes de financiamento internacional e o estabelecimento de redes de parcerias globais apresentam-se como estratégia importante para a promoção da agenda das cidades inteligentes e inclusivas. Por um lado, a formulação de soluções inovadoras para enfrentar os amplos desafios da agenda nos municípios brasileiros exige a ampliação da escala de suporte às políticas públicas locais. Por outro, a disponibilidade de oportunidades de financiamento externo e a perspectiva de intercâmbio de experiências e propostas, em âmbito europeu, revelam uma janela de oportunidades para a constituição de colaborações internacionais.

### **Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário**

O termo “smart cities” conta com uma trajetória de pesquisa e investigação de mais de vinte anos no Brasil. Inicialmente, o tópico se vinculou à perspectiva dos setores da Tecnologia da Informação e da Comunicação, considerando as cidades como um grande mercado a ser explorado, a partir da oferta de soluções para melhorar a prestação de serviços urbanos. Posteriormente, o termo ampliou o sentido de aplicação, estando associado, atualmente, a perspectivas de humanização das cidades e de inclusão e sustentabilidade urbanas, marcando a complexidade do tema<sup>21</sup>.

No Brasil, o conceito “cidades inteligentes” está ancorado na proposta de cidades comprometidas com o desenvolvimento urbano e a transformação digital sustentáveis. Tal proposta leva em consideração os aspectos econômico, ambiental e sociocultural, os quais devem ser implementados de maneira planejada, inovadora, inclusiva e em rede<sup>22</sup>.

---

<sup>20</sup> Segundo análise disponível em: <https://master.org.br/noticias/smart-cities-brasil/>

<sup>21</sup> Para mais informações, ver Lopes, Daniel; Leite, Vittorio (2021). Cidades inteligentes: conceitos e aplicações. Brasília: Enap. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/jspui/handle/1/7001?mode=full> .

<sup>22</sup> Como referência, tem-se as propostas do portal da Câmara das Cidades 4.0, disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/camara-cidades>

Algumas das áreas de atuação prioritária são a promoção da formação digital, a governança e a gestão colaborativas e a utilização de tecnologias para solucionar problemas urbanos. Dessa maneira, as cidades inteligentes e inclusivas deverão criar oportunidades, oferecer serviços com eficiência, reduzir desigualdades, aumentar a resiliência e melhorar a qualidade de vida de todas as pessoas, garantindo o uso seguro e responsável de dados e das tecnologias da informação e comunicação.

Uma iniciativa de destaque nesse âmbito foi o lançamento, no ano de 2019, da Câmara das Cidades 4.0, sob coordenação do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações (MCTI). A Câmara conta com a participação de instituições públicas e privadas, organizações empresariais, órgãos governamentais e instituições acadêmicas. O objetivo da iniciativa é elevar a qualidade de vida nas cidades por meio da adoção de tecnologias e práticas que viabilizem a gestão integrada dos serviços para o cidadão e a melhoria da mobilidade, da segurança pública e do uso de recursos tecnológicos<sup>23</sup>.

Deve-se destacar o processo de consolidação de estudos, diagnósticos e conhecimento técnico a partir da referida iniciativa. Com o intuito de agregar soluções para os grandes desafios das cidades inteligentes, foram criados três grupos de trabalho que, desde 2019, reuniram técnicos e especialistas do governo em torno de temas sensíveis e urgentes. No âmbito do grupo sobre Desenvolvimento Urbano e Sustentável se destaca o lançamento, em 2020, da *Carta Brasileira para Cidades Inteligentes*, resultado de um esforço coletivo para a definição de um conceito de cidades inteligentes e para a pactuação de uma agenda pública sobre o tema da transformação digital.

Outros temas desenvolvidos nos grupos de trabalho indicam o caminho da agenda no contexto brasileiro. No caso das “Soluções e Tecnologias para Cidades Inteligentes e Sustentáveis”, destaca-se a criação de programas estruturantes em ciência, tecnologia e inovação que contribuam para a concepção e o desenvolvimento de soluções tecnológicas. E no âmbito de “Infraestrutura de Conectividades para Cidades Inteligentes e Sustentáveis” emergem questões referentes à infraestrutura

---

<sup>23</sup> Ver o portal Câmara Cidades 4.0, disponível em: <https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/transformacaodigital/camara-cidades>

de conectividade para as cidades inteligentes, como, por exemplo, conectividade digital e políticas públicas para a rede 5G.

Outro trabalho desenvolvido pelo governo brasileiro no âmbito da Câmara das Cidades 4.0 é a *Plataforma de Diagnóstico de Maturidade para Cidades Inteligentes e Sustentáveis*<sup>24</sup>. O objetivo da plataforma é realizar um diagnóstico de maturidade para Cidades Inteligentes e Sustentáveis e propor diretrizes e eixos de atuação para a elaboração da Política Nacional e da Política Municipal para Cidades Inteligentes Sustentáveis. O programa tem o intuito de contribuir com a identificação das condições tecnológicas atuais das cidades brasileiras, a partir das competências e necessidades para a constituição de cidades inteligentes sustentáveis. O diagnóstico também possibilita que diversos agentes públicos e privados conheçam melhor a realidade local, permitindo criar mecanismos de colaboração para a transformação digital e o desenvolvimento urbano.

Esse conjunto de iniciativas tem potencial de ser ampliado e difundido de maneira mais efetiva no âmbito das políticas públicas nas diferentes esferas de governo. Dado o tamanho e diversidade dos municípios brasileiros, políticas públicas direcionadas ao tema das cidades inteligentes e inclusivas têm impacto sobre milhões de pessoas e posicionam o Brasil como relevante parceiro prioritário na referida agenda.

---

<sup>24</sup> Segundo informações disponibilizadas no portal *inteli.gente*: <https://inteligente.mcti.gov.br/>

## **b) Mobilidade urbana**

### **Introdução**

A mobilidade urbana é uma questão crucial para o desenvolvimento sustentável dos centros urbanos brasileiros. A partir de um planejamento que historicamente priorizou o crescimento horizontal do tecido urbano, a prioridade da governança das grandes cidades concentrou-se em soluções urbanas que se baseiam no transporte individual motorizado. Recentemente, a pandemia da COVID-19 impactou fortemente esse cenário, promovendo a perda no nível de escolha pelo transporte coletivo nos deslocamentos intraurbanos e ampliando a escolha de meios individuais, principalmente carros e motos.

Nas últimas décadas, diversas cidades brasileiras têm liderado experiências de inovação nas políticas urbanas de mobilidade. São inúmeras as propostas em diversos níveis de governo, abrangendo desde instrumentos de planejamento até ações de priorização do transporte coletivo em vias de circulação dos grandes centros urbanos. O arcabouço legal e normativo do governo brasileiro também apresenta importantes avanços, indicando a necessidade de soluções que levem em consideração a sustentabilidade ambiental e a justiça social no âmbito da mobilidade urbana.

Muitas dessas iniciativas são adotadas como referência por redes de cidades globais, a partir de espaços de diálogo e de troca de saberes. Em outro sentido, o intercâmbio e o apoio de redes internacionais de cidades, assim como de financiadores multilaterais, apresentam-se como instrumentos estratégicos para o desenvolvimento de políticas públicas de mobilidade sustentável.

### **Justificativa**

A questão urbana no Brasil envolve o enfrentamento de grandes desafios. A mobilidade urbana é um tema diário de gestão pública, principalmente nos centros urbanos mais populosos, como as 17 cidades com mais de 1 milhão de habitantes e outras 49 com mais de 500 mil moradores<sup>25</sup>.

---

<sup>25</sup> Dados a partir do portal do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, disponível em: <https://brasilemsintese.ibge.gov.br/>

De acordo com dados do Sistema de Informações da Mobilidade Urbana da Agência Nacional de Transporte Público – ANTP (2018), a utilização do modal de transporte público (coletivo) representa somente um terço dos deslocamentos nas cidades brasileiras (28%). O principal meio de mobilidade continua sendo o deslocamento a pé (39%), sendo que o transporte por automóveis corresponde a um quarto dos deslocamentos (26%). Esses dados sugerem a necessidade de melhora do sistema de alternativas de transporte disponibilizadas aos cidadãos, considerando-se que a maioria das viagens realizadas em transporte coletivo são feitas por ônibus (85,7%)<sup>26</sup>.

No Brasil, os mecanismos históricos de planejamento e controle do uso do solo urbano resultaram na expansão das cidades e na dispersão das atividades econômicas dentro do tecido urbano. Com isso, o transporte individual foi priorizado para vencer as grandes distâncias a serem percorridas nos circuitos moradia, trabalho e consumo, aumentando os custos dos serviços de transporte coletivo.

Atualmente, a diversificação nos modais de mobilidade urbana nas cidades brasileiras é um tema estrutural para garantir a fidelidade às opções sustentáveis e massivas. Principalmente ao se considerar iniciativas de referência no contexto europeu, como a adoção da bicicleta enquanto meio de transporte. Enquanto na Holanda cerca de 20% dos deslocamentos se realizam por bicicleta<sup>27</sup>, no Brasil são apenas 3% neste modal.

A agenda da mobilidade urbana no país se centra na diversificação das plataformas de transporte, sendo necessário estruturar alternativas para o transporte individual, como as bicicletas, e para além do transporte coletivo por ônibus, ampliando-se opções como o transporte leve sobre trilhos, os trens urbanos e interurbanos, além de meios aquáticos.

O impacto da pandemia COVID-19 afetou ainda a opção pelo transporte coletivo nas grandes cidades do país. Pesquisas recentes indicam que ainda não foram retomados os níveis pré-pandêmicos de utilização do transporte público. Por um lado, a gestão da questão sanitária fez com que muitos brasileiros optassem pelas soluções individuais de deslocamento nas cidades. Por outro, o empobrecimento das famílias

---

<sup>26</sup> Empresa de Planejamento e Logística S.A.; Observatório Nacional de Transporte e Logística (2021). Boletim de logística. O Brasil e a mobilidade urbana. Disponível em: <https://ontl.epl.gov.br/wp-content/uploads/2021/02/Mobilidade-Urbana.pdf>

<sup>27</sup> A partir de dados da Comissão Europeia, disponíveis em: [https://transport.ec.europa.eu/transport-themes/clean-transport-urban-transport/cycling\\_en](https://transport.ec.europa.eu/transport-themes/clean-transport-urban-transport/cycling_en)

e a opção pelo trabalho remoto diminuíram os fluxos de deslocamento nos centros urbanos<sup>28</sup>.

Visto que o modelo de desenvolvimento urbano assentado no transporte individual tem se apresentado cada vez mais insustentável, algumas cidades e diversos níveis de governo têm implementado soluções inovadoras nessa área, buscando propor alternativas que priorizem o movimento de pessoas, em contraponto aos veículos. Algumas iniciativas visam a integração entre políticas de mobilidade e de desenvolvimento urbano, através da requalificação de espaços urbanos deteriorados e de intervenções em áreas urbanas já consolidadas. Outras buscam dotar os sistemas públicos de transporte com serviços de qualidade e com a ampliação dos serviços. Essas alternativas se configuram a partir da integração tarifária ou da promoção de corredores de transporte, por exemplo.

Algumas dessas propostas tomam como referência medidas de planejamento urbano que vêm sendo adotadas em outros países. São exemplos nesse sentido as medidas de restrição à circulação nos centros urbanos, veto a veículos contaminantes e a transformação de ruas em espaços de circulação de pedestres. Além disso, muitas administrações têm buscado a diversificação dos locais de trabalho para aproximar os usos residenciais e profissionais, evitando os deslocamentos pela cidade.

A necessidade de fomentar capacidades administrativas para gerir soluções inovadoras no âmbito da mobilidade urbana exige um investimento massivo em conhecimento técnico e gerencial das políticas públicas urbanas. Deste modo, a decisão de acessar fontes e recursos de financiamento internacional se constitui um mecanismo fundamental para fomentar a mobilidade urbana sustentável no país.

### **Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário**

No Brasil, a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU) se apresenta como a principal referência no contexto de iniciativas do governo brasileiro para a promoção da mobilidade urbana sustentável. Instituída em 2012 (Lei nº 12.587), a Lei da Mobilidade Urbana tem orientado e instituído diretrizes para o planejamento urbano

---

<sup>28</sup> Para mais informações, ver estudo organizado pelo Centro de Excelência BRT+ com apoio do WRI Brasil, disponível em: <https://www.wribrasil.org.br/noticias/pesquisa-internacional-revela-impactos-da-pandemia-nos-deslocamentos-participe-da-segunda>

das cidades brasileiras. Com referência em modelos internacionais, a lei tem como um dos objetivos principais a integração entre os diferentes modais de transporte e a melhoria da acessibilidade e mobilidade de pessoas e mercadorias.

Deve-se destacar que a Lei da Mobilidade Urbana busca incentivar o uso do transporte não motorizado em detrimento do motorizado, e o transporte público coletivo em detrimento do individual. Em maio de 2020, a Lei nº 14.000 alterou o art. 24 da Lei da Mobilidade Urbana, modificando as disposições sobre o Plano de Mobilidade Urbana Municipal (PlanMob). A partir de então, tem-se a perspectiva de efetivação de políticas urbanísticas que contemplem os serviços de transporte público urbano e a sua integração com o transporte particular, a circulação viária, as infraestruturas de mobilidade, a operação e a regulamentação do transporte de carga<sup>29</sup>.

No âmbito local, o ambiente de inovação é identificável em diversas iniciativas implementadas visando a melhoria do transporte. Algumas delas têm ressonância em contextos internacionais, servindo como referência de governança para inúmeras cidades e organismos de planejamento. Destaca-se, por exemplo, a iniciativa de implementação dos corredores de trânsito dedicados ao transporte público, como o BRT (bus rapid transit).

Originalmente concebidos e operados na cidade de Curitiba durante a década de 1970, os sistemas BRT tornaram-se referências internacionais de transporte coletivo de alto desempenho, qualidade e baixo custo<sup>30</sup>. A potencialidade do BRT consiste na relação custo-benefício, ao transportar mais passageiros que o ônibus convencional e apresentar um custo operacional de implementação menor que o do metrô<sup>31</sup>.

Em outro sentido, as medidas adotadas em âmbito internacional servem como referência para a implementação das políticas públicas no país. Algumas políticas europeias são identificadas como tendência da agenda pública e devem ser analisadas e adaptadas ao contexto brasileiro. Merecem destaque aquelas que

---

<sup>29</sup> Ver Pereira, Rafael H. M. et al. (2021) Tendências e desigualdades da mobilidade urbana no Brasil I: o uso do transporte coletivo e individual. Texto para Discussão 2673. Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10713>

<sup>30</sup> Ver Associação Nacional das Empresas de Transportes Urbanos (NTU). Estudos de BRT no Brasil. Março de 2012. Disponível em: <https://www.ntu.org.br/novo/upload/Publicacao/Pub635109526781748662.pdf>

<sup>31</sup> Ver Simões, David Santos. Totti Junior, Antonio Carlos. Vantagens e desvantagens do BRT versus linhas convencionais de ônibus. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 07, Vol. 04, pp. 64-80. Julho de 2019. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/wp-content/uploads/2019/07/linhas-convencionais.pdf>

restringem a circulação de veículos nos centros urbanos, priorizam e restringem fluxos de tipos específicos de veículos e enfocam no estacionamento e compartilhamento do transporte individual. Também deve-se considerar a ampliação dos incentivos aos carros elétricos, com a decisão de suspensão da circulação dos veículos à combustão até o final de 2030, com a necessidade de construção de infraestrutura urbana específica, como os carregadores elétricos.

Outra área que pode ser apontada como tendência das políticas de mobilidade refere-se à utilização de dados para a gestão urbana, onde a tecnologia da informação pode permitir o desenvolvimento de serviços inteligentes e a inovação na oferta de transporte. Trata-se de propostas como semáforos inteligentes, carros autônomos, iluminação guiada por sensores, dentre outros<sup>32</sup>. Neste caso, a integração com a agenda das cidades inteligentes e inclusivas é evidente.

Um dos temas da última edição da Semana de Inovação de 2022, promovida pela Enap, foi justamente a mobilidade urbana, apontando para a prioridade de medidas que facilitem o uso de transporte coletivo de baixa emissão de poluentes<sup>33</sup>. Outra iniciativa fomentada pela instituição foi a publicação “Tempo de Criar: Uma Agenda de Futuros para o Brasil”, que reúne propostas para a transformação das cidades, em nome de uma melhor mobilidade e de uma maior qualidade de vida, tornando mais eficiente a regulamentação de transporte alternativos<sup>34</sup>.

Por ser um tema que impacta transversalmente as políticas públicas em âmbito local e regional, assim como a rotina de cidadãos de diferentes partes do país, a mobilidade urbana desponta como questão estratégica e o Brasil como parceiro relevante na referida agenda.

---

<sup>32</sup> Ver reportagem “Avanços tecnológicos na mobilidade urbana prometem mais qualidade de vida”, Jornal da USP no Ar 1ª Edição, de 29 de junho de 2022, disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/avancos-tecnologicos-na-mobilidade-urbana-prometem-mais-qualidade-de-vida/>

<sup>33</sup> Mais informações na matéria “Enap apresenta agenda de futuros para o Brasil”, de 11 de agosto de 2022, disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/enap-apresenta-agenda-de-futuros-o-brasil>

<sup>34</sup> Mais informações em notícia veiculada pela Enap, “Agenda de Futuros foca em temas fundamentais para o desenvolvimento do Brasil”, de 12 de dezembro de 2022, disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/agenda-de-futuros-foca-em-temas-fundamentais-para-o-desenvolvimento-do-brasil>

## **c) Desenvolvimento local**

### **Introdução**

O incentivo a políticas públicas de promoção do desenvolvimento local se apresenta como um grande desafio contemporâneo. Por sua vez, no contexto de recuperação pós-pandêmica, a capacidade de gerar arranjos produtivos sinérgicos para o desenvolvimento de territórios e regiões configura-se como um elemento chave, não só para a recuperação econômica, mas também para a o enfrentamento das crises climáticas e econômicas que se avizinham nas próximas décadas.

O efeito disruptivo das medidas de isolamento social impactaram fortemente a perspectiva de globalização das cadeias produtivas mundiais. Em poucos meses se tornou clara a fragilidade de tecidos produtivos conectados ao fornecimento mundial de matérias-primas e bens primários. Nesse sentido, o desenvolvimento local voltou ao centro do debate em muitas economias centrais e, particularmente, na União Europeia.

No Brasil, a indução de arranjos produtivos locais, que gerem desenvolvimento econômico inclusivo, é um dos pilares para se garantir crescimento duradouro e sustentável. A retomada e complexificação da industrialização de cadeias produtivas, assim como o fortalecimento de pequenos e médios produtores integrados ao mercado nacional e internacional são elementos essenciais para o crescimento econômico inclusivo. Gestar capacidades institucionais e de governança urbana inovadoras constitui um desafio para a agenda do desenvolvimento local no contexto brasileiro.

### **Justificativa**

As políticas de desenvolvimento local comportam uma especificidade assentada na capacidade de gerar dinamismo econômico a partir de elementos endógenos de um território. Nesse sentido, os componentes dessas políticas incidem nos âmbitos da geração de espaços produtivos, de emprego e renda, assim como na melhora da qualidade de vida das pessoas. Portanto, o conceito de desenvolvimento local não se

refere unicamente à capacidade de crescimento econômico, mas também à alavancagem de condições de crescimento endógeno sustentável<sup>35</sup>.

O elenco das políticas de desenvolvimento local abrange um considerável aspecto de iniciativas. Tendo como referência o contexto europeu, destacam-se aquelas de suporte a processos de reindustrialização, que servem de referência para a formulação de propostas e projetos no contexto brasileiro. Desde 2008, a Comissão Europeia começou a orientar algumas de suas políticas públicas para o fomento de clusters industriais de excelência, capazes de competir globalmente<sup>36</sup>.

Em 2014, a comunicação “Por um renascimento industrial europeu” apontou os *clusters*, enquanto conglomerados territoriais de setores industriais, como agentes capazes de facilitar a colaboração intersetorial entre empresas de diferentes países, contribuindo para a inovação e crescimento das pequenas e médias empresas<sup>37</sup>. Dessa maneira, o “Programa da UE para a Competitividade das Empresas e Pequenas e Médias Empresas” tem apoiado empreendedores e pequenas e médias empresas a iniciar operações, a captar financiamento e a internacionalizar-se, bem como a criar condições institucionais para a melhora do ambiente de negócios e assim impulsionar o crescimento econômico do continente.

O Brasil também conta com uma trajetória de incentivo às organizações territoriais empresariais, através de mecanismos de suporte a arranjos produtivos locais. O termo Arranjo Produtivo Local (APL) foi incorporado por diversas agências públicas e privadas encarregadas de promover o desenvolvimento da produção de bens e serviços, atuando em nível nacional e local.

Dessa maneira, os APLs se conformaram em aglomerações de empresas e empreendimentos, localizados em um mesmo território, que apresentam algum grau de especialização produtiva. Também contam com algum tipo de governança e mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e junto a outros atores locais (governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, entre outras). Segundo dados do governo brasileiro,

---

<sup>35</sup> Ver Buarque, S. C. (Org.). Construindo o desenvolvimento local sustentável: metodologia de planejamento. Brasília: IICA, 2002.

<sup>36</sup> Para mais informações, consultar o portal da política de clusters da Comissão Europeia: [https://single-market-economy.ec.europa.eu/industry/strategy/cluster-policy\\_en](https://single-market-economy.ec.europa.eu/industry/strategy/cluster-policy_en)

<sup>37</sup> Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/ES/TXT/HTML/?uri=CELEX:52014DC0014&from=EN>

existem mais de 800 arranjos produtivos locais no país, em mais de 2.500 municípios, os quais englobam 40 setores produtivos e geram mais de 3.000 empregos<sup>38</sup>.

O contexto internacional apresenta condições favoráveis à captação de recursos e à constituição de parcerias para impulsionar projetos inovadores de apoio às iniciativas de desenvolvimento local. A imperiosidade da agenda pública de fomento aos arranjos locais de produção no Brasil exige a geração de um ambiente que possa viabilizar soluções virtuosas para o tecido produtivo. A inserção econômica e diplomática do país no contexto internacional favorece a consolidação de apoio externo, além de ser um momento estratégico de investimento dos países do Norte global para superar os impactos da pandemia COVID-19.

### **Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário**

O desenvolvimento local também é alvo das políticas do governo brasileiro a partir de instrumentos de planejamento que incidem no crescimento econômico sustentável, incidindo na redução das desigualdades regionais e territoriais. Assim, um dos pilares da iniciativa brasileira de desenvolvimento local se encontra na Política Nacional de Desenvolvimento Regional – PNDR (Decreto 9.810/2019). A PNDR representa o instrumento legal que baliza as ações governamentais em busca da redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população<sup>39</sup>.

A partir do reconhecimento das desigualdades regionais em múltiplas escalas, tal iniciativa visa orientar políticas e programas a promover o desenvolvimento territorial por meio da cooperação federativa e da coordenação horizontal do governo federal. A Política Nacional de Desenvolvimento Regional tem como objetivos específicos a competitividade regional e geração de emprego e renda, com estímulo a ganhos de produtividade e aumento da competitividade regional. Além disso, fomenta a agregação de valor e diversificação econômica, fomentando o incentivo a cadeias

---

<sup>38</sup> Segundo informações do portal Arranjos Produtivos Locais, do Ministério da Economia, disponível em: <https://www.gov.br/produktividade-e-comercio-externo/pt-br/assuntos/competitividade-industrial/arranjos-produtivos-locais-apl>  
Ver também o Observatório sobre Arranjos Produtivos Locais, do Ministério da Economia: <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/observatorioapl>

<sup>39</sup> De acordo com informações de portal do Ministério do Desenvolvimento Regional, disponível em: <http://midr.com.br/desenvolvebrasil/>

produtivas estratégicas para o desenvolvimento regional e observando critérios como geração de renda e sustentabilidade.

Outras iniciativas de destaque são aquelas ligadas ao setor da economia solidária. Os empreendimentos de economia solidária são de grande importância para o tecido produtivo local, estando presentes no campo e nas cidades brasileiras, geralmente capitaneadas por organizações coletivas de trabalhadores. Conformam-se enquanto associações e grupos de produtores, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de coleta e reciclagem, empresas recuperadas assumidas pelos trabalhadores, redes de produção, comercialização e consumo, bancos comunitários, cooperativas de crédito, entre outras.

De acordo com o Cadastro Nacional de Empreendimentos Econômicos Solidários (CadSol), existem no Brasil cerca de 20.634 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES), beneficiando cerca de 1,423 milhão de pessoas. Essas organizações econômicas estão distribuídas em todo o território nacional e desenvolvem uma extensa e expressiva variedade e quantidade de produtos e serviços que impactam positivamente o desenvolvimento local de diversos territórios<sup>40</sup>.

Similarmente, na Europa o setor da economia social é vital no âmbito das dinâmicas econômicas locais. De acordo com estudo do Comitê Econômico e Social Europeu sobre o setor na União Europeia, existem 2,8 milhões de empresas e organizações de economia social que empregam 13,6 milhões de pessoas e representam 8% do PIB do continente. Tais organizações incluem associações sem fins lucrativos, cooperativas, mutualidades, associações e fundações, além de empresas sociais. Como medida de suporte ao setor e que servem de referência sobre as tendências de longo prazo, está em vigor o Plano de Ação da Economia Social para o período 2021-2023, que visa potencializar a inovação social, apoiar a desenvolvimento da economia social e potencializar o seu poder transformador social e econômico<sup>41</sup>.

---

<sup>40</sup> Segundo informações do portal sobre Economia Solidária, do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/inclusao-produtiva-urbana/economia-solidaria>

<sup>41</sup> Ver o Plano de Ação da Economia Social, desenvolvido pela Comissão Europeia, disponível em: <https://www.socialeconomy.eu.org/wp-content/uploads/2021/12/Building-an-economy-that-works-for-people-an-action-plan-for-the-social-economy.pdf>

As possibilidades de aprendizagem mútua entre Brasil e Europa se desvela como um elemento chave para propostas de cooperação no âmbito do desenvolvimento local. Nesse aspecto, deve-se considerar que a relação econômica entre Brasil e União Europeia apresenta uma consolidada parceria. As cifras apontam que o comércio do Brasil com a UE representa 30,8% do comércio total da UE com a região latino-americana e, no que diz respeito aos investimentos estrangeiros diretos, o bloco europeu é o maior investidor estrangeiro no Brasil<sup>42</sup>. Além disso, o Brasil se destaca como o maior destino de Investimento Estrangeiro Direto (IED) dos países da União Europeia na América Latina, com participação de 41,5% do estoque localizado na região e 3,1% do estoque total em 2020. Além disso, das 1.000 empresas atuantes no Brasil com maior receita líquida no ano fiscal de 2020, 128 contaram com capital de países da União Europeia.<sup>43</sup>

Como referência de ações desenvolvidas sobre o tema, em parceria com o Ministério da Economia e a organização sem fins lucrativos na área de inovação, Wylinka, a Enap liderou o programa “Desafios de Comércio Exterior”, apoiando soluções de mercado que resolvam desafios de otimização no acesso de pequenos e médios empresários a informações estratégicas do mercado internacional em diferentes nichos. A oportunidade esteve aberta a empresas, startups, negócios de impacto, entidades privadas sem fins lucrativos, instituições de pesquisa científica e tecnológica (públicas e privadas) e cidadãos (brasileiros e estrangeiros)<sup>44</sup>.

A capacidade de inovação e de formulação de respostas às necessidades de desenvolvimento de competências relevantes para a administração pública é um dos principais ativos da Enap para o estabelecimento de parcerias internacionais. O tema do desenvolvimento local, por sua vez, pode ser explorado no escopo de pedidos de financiamento, articulando-se a outras temáticas que colocam o Brasil como parceiro prioritário em âmbito internacional.

---

<sup>42</sup> Informações de European Commission (2018). Roadmap for EU - Brazil STI cooperation. Disponível em: [https://research-and-innovation.ec.europa.eu/system/files/2020-02/ec\\_rtd\\_eu-brazil-roadmap\\_2018.pdf](https://research-and-innovation.ec.europa.eu/system/files/2020-02/ec_rtd_eu-brazil-roadmap_2018.pdf)

<sup>43</sup> Dados de ARPEX Brasil (2023). Mapa Bilateral de Investimentos Brasil - União Europeia. Disponível em: <https://apexbrasil.com.br/br/pt/conteudo/estudos/mapa-bilateral-de-investimentos-brasil---uniao-europeia.html>

<sup>44</sup> Mais informações na notícia veiculada no portal da Enap, “Programa busca soluções para desafios de comércio exterior”, publicada em 19 de agosto de 2022, disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/desafios-de-comercio-exterior-buscam-solucoes-para-pequenas-e-medias-empresas-brasileiras>

## **d) Sustentabilidade**

### **Introdução**

A sustentabilidade é um dos principais temas da agenda global de cooperação internacional, incidindo com transversalidade em diferentes campos de formulação de políticas públicas. A preocupação com as mudanças climáticas tem impulsionado a necessidade de repensar o impacto que as atividades humanas geram sobre o meio ambiente, exigindo a incorporação da sustentabilidade como dimensão prioritária no planejamento de ações e projetos. A transversalidade do tema demanda cada vez mais a busca por soluções inovadoras que proporcionem a otimização de recursos naturais, econômicos e humanos, envolvendo desde a mitigação de impacto ambiental até a preservação de recursos naturais, a promoção da circularidade na economia e a garantia de justiça social.

Os acordos internacionais para a inclusão, o fortalecimento e a expansão da sustentabilidade na agenda pública nacional e subnacional induzem o processo de formulação e implementação das políticas públicas contemporâneas. O Brasil desempenha um papel de destaque no escopo das negociações e implementação de acordos sobre clima e sustentabilidade. Seja pelo tamanho de suas reservas naturais, seja pelo impacto que a mudança climática terá sobre o território, o país tem um importante papel a cumprir nas próximas décadas.

Evidentemente, o custo econômico e financeiro para promover a implementação da agenda sustentável, transversal às políticas públicas, demanda um extraordinário esforço de mobilização de recursos, públicos e privados. Nesse aspecto, em muitos acordos pactuados internacionalmente se observa o surgimento de variados fundos e fontes de financiamento dedicados a aportar recursos de cooperação em países do sul global. Por um lado, a disponibilidade de tais recursos oferece um contexto de oportunidades para a indução de projetos em países como o Brasil. Por outro, constata-se o desafio de acesso e captação de financiamento devido à fragmentação de fontes e temas de financiamento, manejadas por inúmeras instituições multilaterais e agências globais.

### **Justificativa**

O Brasil apresenta uma das maiores concentrações de recursos naturais do planeta, configurando-se como um ator estratégico na articulação das negociações ambientais internacionais. Do mesmo modo, a trajetória recente do país se confunde com sua articulação e incidência no âmbito da temática ambiental internacional.

Nesse sentido, destaca-se a iniciativa brasileira de sediar a Conferência da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1992, na cidade do Rio Janeiro. A partir dessa iniciativa, consolidou-se a proposta de mobilização global pela difusão do conceito de “desenvolvimento sustentável”. A posição brasileira foi de preconização da cooperação multilateral, sob a perspectiva de “responsabilidades comuns, porém diferenciadas” entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Ainda na Rio 92 foi assinada a Convenção-Quadro sobre Mudanças do Clima, além das Convenções da Biodiversidade e de Combate à Desertificação.

A partir dessa concertação, no ano de 1997 foi assinado o Protocolo de Quioto, primeiro dispositivo internacional em que signatários se comprometeram com a redução de gases do efeito estufa (GEE). Em 2021, a COP 26 debateu a mobilização de recursos financeiros para a mitigação das mudanças climáticas, com a criação de consenso acerca da regulamentação do mercado de carbono e o anúncio de atualização das metas climáticas pelo Brasil<sup>45</sup>.

Outro marco ambiental para o país foi a ratificação do Protocolo de Nagoya, em 2021. O protocolo regulamenta o acesso e a repartição justa e equitativa de benefícios, monetários e não monetários, dos recursos genéticos da biodiversidade.

A centralidade da agenda ambiental na arena internacional trouxe consigo a criação de diversos mecanismos de financiamento para a implementação dos acordos climáticos. Segundo estudo recente de Le Houérou (2023), que rastreou os fundos verdes<sup>46</sup>, nos últimos trinta anos pelo menos 94 fundos de política climática foram criados para financiar projetos e programas relacionados ao meio ambiente em mercados emergentes e em países em desenvolvimento. A maioria desses fundos climáticos está disponível em organizações multilaterais, bancos multilaterais de desenvolvimento ou agências da ONU.

---

<sup>45</sup> Para mais informações sobre a trajetória dos acordos climáticos, ver portal AdpataCLIMA, do Ministério do Meio Ambiente, disponível em: <http://adaptaclima.mma.gov.br/acordos-internacionais-e-politicas-publicas>

<sup>46</sup> Mais informações em Le Houérou, P. (2023) "Climate funds: time to clean up", FERDI Working Paper P320, March. Disponível em: <https://ferdi.fr/dl/df-z4LdsA8Y7stAvmESarbZ1jGQ/ferdi-wp320-climate-funds-time-to-clean-up.pdf>

Embora a elegibilidade desses fundos incline-se para instituições do setor público, mais da metade dos 81 fundos que se encontram ativos aceitam candidatos do setor privado. A soma de recursos disponibilizados por essas fontes dá o tom da aposta prioritária pelo tema ambiental na arena internacional: em 2019-2020, a média anual dos fluxos totais de financiamento climático foi de US\$ 632 bilhões. O desafio apontado pelo estudo reside no caráter fragmentado dos fundos verdes, com dispersão de temáticas, multiplicidade de mecanismos de elegibilidade, regras de funcionamento díspares e opacidade na prestação de contas.

Além da captação de recursos, a inserção em redes de colaboração internacional também é um pilar estratégico para a agenda da sustentabilidade, visto que essa é uma das prioridades dos principais parceiros internacionais do Brasil. Nesse particular, a União Europeia se destaca com os compromissos ambientais assumidos nas últimas décadas, tendo a meta de reduzir, até 2030, a emissão de gases de efeito estufa para menos de 55% dos níveis de 1990. Segundo projeções da Comissão Europeia, o continente precisa investir, a cada ano, aproximadamente 350 bilhões de euros adicionais no tema ambiental até 2030, tendo em consideração os níveis de investimento da década anterior.

No ano de 2019, a Comissão Europeia apresentou o “Acordo Verde Europeu”, uma estratégia de crescimento para tornar a Europa um continente neutro em carbono até 2050. Já em 2020, a Comissão apresentou um plano de investimento para mobilizar ao menos 1 trilhão de euros em investimentos sustentáveis ao longo da próxima década. O plano visa fomentar os investimentos públicos e privados necessários à transição para uma economia neutra em carbono, verde, competitiva e inclusiva<sup>47</sup>.

Outro instrumento que indica o grau de comprometimento da Europa com a agenda climática, assim como a aposta financeira em sua implementação, é o “Pacto Ecológico Europeu”. Para o financiamento do pacto, um terço dos investimentos de 1,8 trilhão de euros do orçamento de sete anos (2021-2027) se destinarão a um conjunto de propostas para tornar as políticas de clima, energia, transporte e tributação adequadas para reduzir as emissões líquidas de gases de efeito estufa.

---

<sup>47</sup> De acordo com informações do portal “European Green Deal”, da Comissão Europeia, disponível em: [https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal\\_en](https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/european-green-deal_en)

Já no âmbito da política externa para o tema ambiental, a União Europeia conta com o Fundo Europeu para o Desenvolvimento Sustentável Plus (EFSD+), que visa angariar recursos financeiros para o desenvolvimento económico verde e inclusivo. O fundo faz parte do quadro de investimento da UE para a ação externa e garante cobertura mundial para diversos tipos de operações financeiras relacionadas com ações de sustentabilidade ambiental, tais como energia renovável, agricultura sustentável e economia digital. A ferramenta tem como perspectiva levantar até 135 bilhões de euros em investimentos, em uma variedade de setores da política externa europeia, configurando-se como excelente oportunidade de captação de recursos para países como o Brasil<sup>48</sup>.

Igualmente, o Programa Indicativo Plurianual (PMI) regional para as Américas e Caribe para o período 2021-2027 da União Europeia reforça sua intenção de parceria estratégica com o Brasil. A cooperação para os próximos anos se projeta em políticas e regulamentos que promovam investimentos visando o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais, assim como na economia e na utilização eficiente dos recursos naturais<sup>49</sup>.

### **Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário**

O Brasil abriga mais de um terço das florestas tropicais do planeta, acolhendo flora e fauna extremamente ricas, consolidadas em uma diversidade de ecossistemas. Os biomas únicos que se identificam no país incluem diversos e abundantes recursos naturais, ecossistemas e biodiversidade, com destaque para a Floresta Amazônica, o Cerrado (localizado no planalto central, cobrindo 21% do território), a Mata Atlântica (florestas que se estendem ao longo da costa), a Caatinga (arbustos desérticos no Nordeste) e o Pantanal (a maior área úmida do mundo, localizada ao longo da fronteira ocidental do país). Por essa razão, a sustentabilidade ambiental se converte em uma prioridade para a agenda ambiental no contexto brasileiro<sup>50</sup>.

---

<sup>48</sup> Segundo informações do portal sobre o Fundo Europeu de Desenvolvimento Sustentável, da Comissão Europeia, disponível em: [https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/funding-instruments/european-fund-sustainable-development-plus-efsd\\_en](https://international-partnerships.ec.europa.eu/funding-and-technical-assistance/funding-instruments/european-fund-sustainable-development-plus-efsd_en)

<sup>49</sup> Ver European Commission (2002). The Americas and the Caribbean. Regional Multiannual Indicative Programme 2021-2027. Disponível em: [https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9356-americas-caribbean-annex\\_en.pdf](https://international-partnerships.ec.europa.eu/system/files/2022-01/mip-2021-c2021-9356-americas-caribbean-annex_en.pdf)

<sup>50</sup> Informações organizadas em World Bank Group (2021). Climate Risk Country Profile – Brazil. Disponível em: [https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2021-07/15915-WB\\_Brazil\\_Country\\_Profile-WEB.pdf](https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/2021-07/15915-WB_Brazil_Country_Profile-WEB.pdf)

Por outro lado, o país apresenta grande vulnerabilidade aos impactos das mudanças climáticas. Dentre os diversos eventos climáticos que podem afligir o território estão a elevação extrema da temperatura, o aumento do nível do mar, a escassez de água e as chuvas intensas. Tais eventos afetam diversamente uma sociedade já socialmente desigual, com uma pressão significativa sobre os grupos mais vulneráveis.

Além disso, atualmente a economia brasileira é fortemente dependente do setor agrícola de uso extensivo dos recursos naturais, fato que dificulta a priorização do tema ambiental na agenda política. Como expressão desse aspecto, em 2015 os setores agrícola, florestal e de uso da terra eram responsáveis por 55% das emissões de gases de efeito estufa (GEE) no país, ao passo que o setor energético contribuía com 33% das emissões.

Assim, os grandes desafios para a implementação das políticas ambientais brasileiras, testemunhados nos últimos anos, encontram-se na escassez de recursos humanos qualificados e priorização da agenda da sustentabilidade, aspectos essenciais para fazer frente à complexidade do problema<sup>51</sup>.

Dentre algumas medidas desenvolvidas pelo governo brasileiro para lidar com esse conjunto de desafios, vale destacar a elaboração, entre os anos de 2013 e 2016, do Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (PNA). Se configura como um documento que sintetiza e orienta o conjunto de ações, estratégias e prioridades do governo junto à sociedade civil e ao setor privado, para promover a gestão e a redução dos riscos advindos das mudanças do clima<sup>52</sup>. O PNA, instituído em 10 de maio de 2016 por meio da Portaria nº 150, foi um instrumento elaborado pelo governo federal com o objetivo promover a redução da vulnerabilidade nacional às mudanças climáticas e realizar uma gestão do risco associada a esse fenômeno.

A Enap, por sua vez, vem há tempos se envolvendo com a pauta ambiental e de sustentabilidade. A Escola Virtual de Governo, por exemplo, conta com 19 cursos abertos na área de meio ambiente, cobrindo temas como saneamento, mudanças climáticas, sustentabilidade, licenciamento ambiental, manejo do fogo, dentre

---

<sup>51</sup> Ver o Relatório Final do Gabinete de Transição Governamental (dezembro de 2022), disponível em: <https://static.poder360.com.br/2022/12/Relatorio-final-da-transicao-de-Lula.pdf>

<sup>52</sup> Para mais informações, ver o portal sobre o Plano Nacional de Adaptação, do Ministério do Meio Ambiente, disponível em: [https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaazoniodesertificacao/plano-nacional-de-adaptacao?\\_authenticator=8374e0b29e7a8d1e922d59f3bc17cc10c9865e25](https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/climaazoniodesertificacao/plano-nacional-de-adaptacao?_authenticator=8374e0b29e7a8d1e922d59f3bc17cc10c9865e25)

outros<sup>53</sup>. Outra ação recente da instituição foi a realização de uma Oficina no escopo da iniciativa “Government Climate Campus”. A oficina, realizada em parceria com a organização *Apolitical*, teve como objetivo apresentar uma proposta de atuação dos profissionais da gestão pública como multiplicadores da agenda climática em seus respectivos órgãos<sup>54</sup>.

Também recentemente, pesquisadores do Instituto Alemão de Desenvolvimento e Sustentabilidade (IDOS), em parceria com a Enap, coletaram informações com representantes do setor público para o estudo sobre o processo de transformação digital e os pontos que auxiliem a alcançar as metas de sustentabilidade no país<sup>55</sup>. Tal iniciativa é parte do projeto *Prodigees (Promoting Research on Digitalisation in Emerging Powers and Europe Towards Sustainable Development)*, financiado pela União Europeia, com o propósito de analisar os efeitos da digitalização no meio ambiente, economia, governança e sociedade.

A temática ambiental é central na agenda governamental brasileira das próximas décadas. Em razão da diversidade ambiental e do protagonismo assumido pelo país nos diferentes fóruns multilaterais, além dos compromissos firmados internacionalmente, o Brasil desponta como parceiro prioritário e relevante em projetos e iniciativas que envolvam a questão ambiental e sua intersecção com o campo das políticas públicas.

---

<sup>53</sup> Ver o portal da Enap disponível em: <https://www.escolavirtual.gov.br/>

<sup>54</sup> O Government Climate Campus é uma proposta para qualificar 50 mil servidores públicos no mundo para atuar na redução de 50% das emissões de carbono até 2030. Durante o encontro, que contou com a participação de especialistas internacionais, os participantes ajudaram a identificar os principais temas, públicos e formatos para o desenvolvimento de uma capacitação customizada sobre clima para o governo brasileiro. Mais informações em notícia veiculada pela Enap, “Servidores públicos ajudam a elaborar treinamento sobre a agenda climática”, de 15 de fevereiro de 2023, disponível em: <https://enap.gov.br/pt/acontece/noticias/servidores-publicos-ajudam-a-elaborar-treinamento-sobre-a-agenda-climatica>

<sup>55</sup> Mais informações em notícia veiculada pela Enap, “Instituto alemão pesquisa impacto da transformação digital na sustentabilidade”, de 23 de fevereiro de 2023, disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/instituto-alemao-pesquisa-impacto-da-transformacao-digital-na-sustentabilidade>

## **e) Agenda 2030**

### **Introdução**

Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS sucedem o ciclo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio – ODM, implementados entre os anos de 2000 e 2015. A partir do cumprimento das metas, o Brasil tornou-se uma referência mundial e, conseqüentemente, um dos principais interlocutores na fase de negociação dos ODS. Resultado do consenso das negociações obtidas entre delegados dos representantes dos países membros da ONU, a Agenda 2030 incorpora importantes contribuições resultantes do diálogo entre governos e sociedade civil, construídos desde a Rio+20.

Esse diálogo resultou na inserção de novas temáticas ao desenvolvimento sustentável, tais como indústria, inovação, infraestrutura, trabalho, crescimento econômico, paz e justiça, mudanças climáticas, dentre outros. Os desafios colocados pelas ambiciosas metas da Agenda 2030 exigem a criação de robusta capacidade institucional para a implementação dos objetivos estabelecidos internacionalmente. Para alcançar a implementação dos ODS, a mobilização de recursos econômicos e financeiros se constitui como mecanismo essencial para os países em desenvolvimento.

Em consonância com o contexto internacional, o Brasil vem impulsionando diversas iniciativas que visam dar suporte à implementação da Agenda 2030 em seu território. A arquitetura institucional do país demanda a sensibilização, o fortalecimento e a capacitação de diversos atores e organizações em âmbito local, regional e nacional. Ademais, a magnitude das desigualdades sociais, os contextos de vulnerabilidade social e o impacto das mudanças climáticas constroem um cenário de exigentes custos para implementação dos diversos ODS. A cooperação internacional apresenta-se, assim, como caminho essencial para viabilizar a Agenda 2030 no país.

### **Justificativa**

No cenário de desigualdades sociais que atravessam a complexa realidade brasileira, a Agenda 2030 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) significa uma oportunidade para o aperfeiçoamento da gestão pública e a aplicação de políticas que consolidem avanços sociais e a recuperação econômica do país. Em uma estrutura

social diversa, também se apresenta como a possibilidade de união de esforços entre sociedade civil, empresas e governo para garantir justiça social, historicamente deficitária entre as populações vulnerabilizadas. Acabar com a pobreza e a fome, lutar contra a segregação social e racial, além combater os impactos negativos das mudanças climáticas, por exemplo, justificam a atuação conjunta e com respaldo internacional, para a promoção da Agenda 2030.

Nesse sentido, o protagonismo internacional do Brasil nos ODS proporcionou ao país assento no Grupo de Alto Nível da ONU, que acompanha a implementação mundial da Agenda 2030<sup>56</sup>. Internamente, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, suas 169 metas e os 241 indicadores acordados no âmbito da Agenda, demandam uma priorização nas agendas de todos os níveis de governo<sup>57</sup>. Até 2030, será necessária a mobilização das administrações públicas, assim como da sociedade civil e da iniciativa privada, para o alcance das metas pactuadas. Por sua vez, o contexto local, em articulação com escalas nacional e internacional de suporte, torna-se um território privilegiado para a consolidação dos ODS como prioridade a agenda política cotidiana.

O ODS número 17 estabelece que se deve fortalecer os meios de implementação da Agenda 2030 e revitalizar as parcerias globais para o desenvolvimento sustentável. Portanto, é prioridade constituir caminhos para a promoção dos ODS de forma articulada com todos os níveis de governo, inclusive nas arenas internacionais<sup>58</sup>.

O ODS 17 é o que apresenta a maior quantidade de metas a serem trabalhadas para a promoção do desenvolvimento sustentável. Dentre alguns dos objetivos postulados nesse ODS, está aquele que aborda a necessária ação internacional de cooperação entre países em diversos níveis de desenvolvimento, propondo iniciativas de investimento, transferência tecnológica e de comércio multilateral entre eles. Dessa maneira, a coordenação de esforços na arena internacional, nacional e subnacional é essencial para a Agenda 2030. Os meios de implementação, de assistência técnica,

---

<sup>56</sup> Ver o portal do Governo Federal sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/sobre-os-ods>

<sup>57</sup> Ver Brasil (2017). Comissão Nacional para os ODS: Plano de Ação 2017 – 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/media/plano-acao-comissao-nacional-ods.pdf>

<sup>58</sup> Segundo informações de Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2021). Guia de Mobilização de Parcerias para o Alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: [https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/db96f51dffdc78f4575f90306e0b0a7d6a87f5b5cf87fc4a3a9afb\\_a301620569.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/br/db96f51dffdc78f4575f90306e0b0a7d6a87f5b5cf87fc4a3a9afb_a301620569.pdf)

de captação de recursos financeiros, de descentralização de conhecimentos e de fortalecimento de capacidades institucionais são temas essenciais para fortalecer a cooperação internacional no âmbito da Agenda.

O desenvolvimento de iniciativas inovadoras por parte da administração pública, para a promoção da Agenda 2030, demanda o suporte internacional para ações de cooperação e transferência de tecnologia, intercâmbio de dados e de capital humano, bem como a assistência material ao desenvolvimento. Por seu turno, o acesso a fontes e fundos de financiamento internacional, assim como a inserção e fortalecimento da participação em redes internacionais de parceiros, são alguns dos caminhos estratégicos nesse sentido.

### **Contextualização do Brasil no cenário internacional e sua relevância como parceiro prioritário**

O Brasil está fortemente comprometido com a concretização dos ODS e a implementação da Agenda 2030, embora esse processo envolva a mobilização de uma grande quantidade de recursos, considerando-se a complexidade do cenário social, econômico e ambiental do país.

Segundo dados do estudo de Young (2018), estima-se que somente para se alcançar as metas de desenvolvimento ambiental nos ODS, seria necessária a mobilização de um montante entre R\$ 2,1 trilhões e R\$ 9,6 trilhões para o período de 2018 a 2030<sup>59</sup>. Comparativamente, a estimativa de gastos necessários giraria entre 2,1% e 9,4% do PIB brasileiro. Deve-se considerar, portanto, que a promoção da agenda dos ODS requer o aumento dos investimentos voltados para o desenvolvimento sustentável. Estimativas mais globais indicam que esse aumento de investimentos teria que representar um montante da ordem de 1,5% a 2,5% do produto interno bruto global<sup>60</sup>.

Em 2015, os Estados-membros da ONU, reunidos na Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, em Adis Abeba

---

<sup>59</sup> Ver Young et al. (2018). Relatório 4 (Final): Resultado 7. Análise conjuntural sobre ODS e efetividade das estruturas de financiamento públicas, privadas e mistas para a promoção do desenvolvimento sustentável aprimoradas. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <http://diretoriopre.mma.gov.br/index.php/category/28-ogu-bra-11-022-suporte-tecnico-ao-processo-preparatorio-da-conferencia-das-nacoes-unidas-sobre-o-desenvolvimento-sustentavel-rio-20-e-desenvolvimento-de-seus-resultados?download=293:analise-conjuntural-sobre-ods-e-efetividade-das-estruturas-de-financiamento-publicas-privadas-e-mistas-para-a-promocao-do-desenvolvimento-sustentavel-aprimoradas>

<sup>60</sup> Dados a partir de SOUZA, Rodrigo Mendes Leal de; VIANA, Marconi Edson Ferreira. Financiamento do desenvolvimento sustentável: elementos para a contribuição dos bancos de desenvolvimento. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, v. 26, n. 52, p. 35-66, dez. 2019. Disponível em: <https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/19600>

(Etiópia), firmaram o acordo “Agenda de Ação Adis Abeba”, que indica caminhos para o financiamento do desenvolvimento sustentável no âmbito da Agenda 2030. Com mais de cem medidas, o documento reconhece que a mobilização de recursos é central, envolvendo uma gama de medidas para ampliar a base de arrecadação, melhorar a cobrança de impostos e combater a evasão fiscal e o fluxo financeiro ilícito. Porém, o principal ponto a se destacar é o compromisso com a ajuda oficial ao desenvolvimento, principalmente com os países em desenvolvimento, e com o aumento da cooperação Sul-Sul<sup>61</sup>.

O Brasil é um dos países signatários dos ODS e, desde que a Agenda 2030 foi lançada, mobilizou diferentes órgãos e setores da sociedade em prol de sua implementação. O governo brasileiro tem trabalhado intensamente para a implementação da Agenda, desenvolvendo inúmeras ações para o alcance dos ODS. Como referência, o estabelecimento da Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (Decreto Nº 8.892/2016) permitiu a participação de ministérios, representantes de diferentes entes federativos e sociedade civil, além de dispor do assessoramento técnico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) para a adoção de importantes medidas governamentais<sup>62</sup>.

A elaboração de instrumentos orçamentários também tem incorporado a preocupação com a Agenda 2030. O Plano Plurianual (PPA), principal instrumento de planejamento orçamentário do governo federal, contém as diretrizes, objetivos e metas associados aos ODS. No caso do PPA 2020-2023 foram incorporados diversos objetivos dos ODS e se estabeleceram metas específicas para cada um dos objetivos delineados<sup>63</sup>.

No âmbito da Enap, a Escola Virtual de Governo (EV.G) oferece cinco cursos sobre a Agenda 2030. Os cursos são fruto de parceria da Escola com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) e a United Nations System Staff College (UNSSC), da ONU. As capacitações são abertas e estão disponíveis de forma

---

<sup>61</sup> Ver Castro, et al. (2019). Avaliação das fontes potenciais de financiamento para projetos de caráter ambiental relacionados aos ODS no Brasil. Revista. Iberoamericana de Economía Ecológica. Vol. 31, No. 1: 29 – 45. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/Revibec/article/view/362817/457281>

<sup>62</sup> Ver o portal do Governo Federal sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/ods/assuntos/sobre-os-ods>

<sup>63</sup> Para mais informações, consultar o portal do Plano Plurianual, do Ministério da Economia, disponível em: <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/planejamento-e-orcamento/plano-plurianual-ppa>

gratuita. Os referidos cursos relacionam conteúdos temáticos e o papel dos gestores na mobilização e integração de políticas públicas aos objetivos da agenda<sup>64</sup>.

Expandir parcerias internacionais é uma oportunidade estratégica para implementar a Agenda 2030 no Brasil. O país tem uma importância significativa na construção e difusão da Agenda 2030, sendo um parceiro prioritário para iniciativas e projetos relacionados ao tema.

---

<sup>64</sup> Mais informações em notícia veiculada pela Enap, “Parceria com a ONU garante divulgação da Agenda 2030”, de 14 de março de 2022, disponível em: <https://www.enap.gov.br/pt/acontece/noticias/parceria-com-a-onu-garante-divulgacao-da-agenda-2030>